Sexta-feira, 28 de novembro de 2025 I Série — Número 35

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE NOVEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Joana Fernanda Ferreira de Lima
Maria Germana de Sousa Rocha

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Projetos de Lei n.os 296 e 297/XVII/1.ª e do Projeto de Resolução n.º 366/XVII/1.ª.

Antes da entrada na ordem do dia, a Deputada Isabel Mendes Lopes (L) fez uma interpelação à Mesa no sentido de pedir a avocação pelo Plenário de uma norma já votada, tendo, no seguimento da recusa do Presidente, e após terem usado da palavra os Deputados Hugo Soares (PSD), Eurico Brilhante Dias (PS) e Pedro Pinto (CH), interposto recurso do despacho emitido pelo Presidente, que foi rejeitado.

No âmbito do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Aprova o Orçamento do Estado para 2026, foram discutidos e votados artigos e propostas de

alteração avocadas pelo Plenário — artigos 7.º a 138.º e propostas de artigos novos —, tendo usado da palavra, a diverso título, além do Ministro dos Assuntos Parlamentares (Carlos Abreu Amorim) e dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito) e da Administração Pública (Marisa Garrido), os Deputados Marcus Santos (CH), Mariana Mortágua (BE), Patrícia Gonçalves (L), Hugo Soares (PSD), Eduardo Teixeira (CH), Paula Santos (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Luís Moreira Testa (PS), Rodrigo Alves Taxa (CH), Filipe Sousa (JPP), Alfredo Maia (PCP), Pedro Correia (CH), Miguel Matos (PS), Paulo Muacho (L), António Mendonça Mendes (PS), Fernando Queiroga (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Miguel Rangel (IL) e Elza Pais (PS).

No encerramento do debate, intervieram, além do Ministro Adjunto e da Reforma do Estado (Gonçalo Matias), os Deputados Filipe Sousa (JPP), Inês de Sousa Real (PAN), Mariana Mortágua (BE), Paulo Núncio (CDS-PP), Paulo Raimundo (PCP), Rui Tavares (L), Mariana Leitão (IL), José Luís Carneiro (PS), André Ventura (CH) e Hugo Soares (PSD).

Foi aprovada, em votação final global, a Proposta de Lei n. 37/XVII/1.ª — Orçamento do Estado para 2026.

O Presidente encerrou a sessão eram 13 horas e 37 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sr.as e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 1 minuto.

Peço aos agentes da autoridade que facilitem o acesso às galerias pelo público.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo. Estamos só a organizar as intervenções, em função das inscrições que nos estão a chegar, para que corra tudo da forma mais célere. Peço, entretanto, ao Sr. Secretário da Mesa para ler o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, aproveito para anunciar à Câmara a entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.os 296 e 297/XVII/1.ª (PAN) e do Projeto de Resolução n.º 366/XVII/1.ª (PAN). É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, entrar no primeiro ponto da nossa ordem do dia, com a metodologia que já conhecem, começando pelo artigo 186.º-A…
A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, ontem pedimos a avocação pelo Plenário de uma proposta do Livre que foi votada no primeiro dia…

O Sr. **Presidente**: — Pedia a atenção dos Srs. Deputados em relação a esta matéria, porque foi objeto do despacho do qual os grupos parlamentares foram todos notificados, agora de manhã. Julgo que é sobre isso e, portanto, pedia atenção, porque pode haver desenvolvimentos. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, o Livre avocou uma proposta de alteração, que foi votada no primeiro dia do processo de especialidade, e fizemo-lo porque queremos corrigir o nosso sentido de voto em relação a essa proposta. O processo de especialidade está a decorrer, o Orçamento do Estado não está fechado e no Regimento — nas regras do Regimento — não encontrámos nada que impedisse a avocação desta proposta…

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, vou deixá-la continuar…

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Deixe-me só…

O Sr. **Presidente**: — Não, só queria clarificar, do ponto de vista regimental. Se a Sr.ª Deputada concluir que quer fazer recurso da minha decisão, considere este tempo como sendo os 2 minutos para o efeito de fundamentar o respetivo recurso. É só para isso.
Portanto, o que deveria fazer é recorrer, e depois tem os 2 minutos para explicar. Está a fazer ao contrário, portanto…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São sempre as artimanhas da esquerda! Sempre com manhosices! Já ontem queriam fazer uma manhosice! É sempre a mesma coisa! Manhosice!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — É uma interpelação à Mesa neste momento, Sr. Presidente.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda é uma interpelação à Mesa!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Se me permite, é uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem 1 minuto, então, para a interpelação à Mesa, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, sei que não é prática recorrente, não é costume, relativamente ao processo de especialidade no Orçamento do Estado,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chamam-se regras! Chama-se cumprir regras!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … mas a verdade é que, em termos regimentais, não encontrámos nada que impedisse a avocação desta norma pelo Plenário e, por isso, fizemo-lo. E fizemo-lo, tendo a certeza de que o poderíamos fazer, até porque consultámos a COFAP (Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública), consultámos os serviços, e a indicação que foi dada foi de, de facto, não ser uma prática recorrente, não ser a forma como tem sido feito, mas a verdade é não haver nada, em termos de regras, que o impeça.

E, portanto, Sr. Presidente, consideramos que, de facto, esta proposta deveria constar no guião de votações e, por isso, gostava de perceber quais são os fundamentos que estão no despacho do Sr. Presidente para garantir que esta norma não está no processo de votação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chama-se cumprir regras, que é o que o Livre não sabe fazer!

O Sr. **Presidente**: — Certo! Vamos lá ver, posso ler o despacho, porque os fundamentos do despacho estão no dito e foram notificados a todos os grupos parlamentares.

Penso que não vale a pena estar a ler o despacho, que é claro no que diz respeito à respetiva fundamentação. Em tese, o essencial é o princípio da igualdade a que têm de ser sujeitos todos os grupos parlamentares numa matéria tão importante como seja a discussão e votação das normas que têm a ver com o Orçamento do Estado, e seria abrir um precedente que iria pôr em causa e ferir esse mesmo princípio da igualdade, como melhor está explicado no meu despacho, de que todos foram notificados.

Como qualquer despacho, é suscetível de recurso. Se houver essa vontade de o fazer, recorre-se para o Plenário e o Plenário decidirá.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma manhosice do Livre!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares pediu a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, creio que o despacho de V.ª Ex.ª está fundamentado e, portanto, deve-se oferecer o merecimento dos autos e é dispensada a leitura.

Ainda assim, por aquilo que percebi da intervenção da Sr.ª Deputada Isabel Mendonça Lopes, o que está em causa é que o…

O Sr. **Presidente**: — Isabel Mendes Lopes!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isabel Mendes Lopes, peço muita desculpa.

Como dizia, pelo que percebi da intervenção da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, o Livre quer apenas mudar o sentido de voto. Assim sendo, creio que não vale a pena, sequer, fazer a avocação — que não está prevista — e tão pouco vale a pena abrirmos aqui uma discussão que nos levará alguns minutos, que serão precisos durante a manhã de hoje.

Sugeria que o Plenário, por unanimidade, aceitasse que o Livre pudesse mudar o sentido de voto, uma vez que a especialidade ainda não está concluída. Assim, o Livre indicaria à Mesa, naquela proposta, qual era o seu sentido de voto e a questão ficava resolvida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, não!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, é apenas para dar o meu acordo à proposta feita pelo líder parlamentar do PSD.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes pede a palavra. Faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, apesar de não concordarmos com o despacho que o Sr. Presidente apresentou e considerarmos que, de facto, haveria esta possibilidade, mas também percebendo que é uma prática recorrente e que poderá gerar aqui mais confusão no Plenário, consideramos, ainda assim, que poderíamos ter feito esta avocação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não, basta a votação!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Nesse sentido, aceitamos a proposta do Grupo Parlamentar do PSD, com o acordo de todos os grupos parlamentares, para mudarmos o nosso sentido de voto, nesta proposta concreta, que avocámos, para contra.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, aquilo que achamos é que se vai abrir aqui — ou ia-se abrir aqui — um precedente grave.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e da Deputada do PCP Paula Santos.

E o precedente grave é este: é que poderíamos chegar ao último dia das votações e alterar as votações do primeiro dia,…

Voz do CH: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … isto é uma coisa que não faz sentido nenhum! Estamos no debate do Orçamento do Estado, todos os dias temos feito avocações, portanto estaríamos a ir totalmente contra aquilo que têm sido as regras desta Casa. E por isso, da nossa parte, não damos anuência a que seja mudado o sentido de voto do Livre.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Acho que são compreensíveis todas as posições.

Não é absolutamente preciso estar a criar aqui alguma situação que seja menos do que cumprir as regras.

Também compreendo o que o Livre refere. Mantenho o despacho que fiz; o Regimento diz que da decisão do Presidente da Mesa é possível fazer a respetiva reclamação ou recurso para o Plenário; o Plenário é soberano. Portanto, temos maneira de resolver isto nos 2 minutos que se seguem e sem mais delongas.

Pergunto, assim, se o Livre deseja recorrer do despacho do Presidente — e, para isso, nem precisa de fundamentar, basta dizer sim ou não.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, sim, desejo recorrer do despacho.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vão desautorizar o vosso partido!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu tentei ajudar!

O Sr. **Presidente**: — Assim sendo, dou-lhe 2 minutos para fundamentar o respetivo recurso. E os outros grupos parlamentares também podem usar da palavra, se o desejarem fazer.

Faça favor, Sr.ª Deputada, tem 2 minutos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o processo de especialidade do Orçamento do Estado está a decorrer, o Orçamento do Estado não está fechado, e, portanto, as avocações podem ser feitas durante o período do Orçamento do Estado para serem votadas no dia seguinte, como está, aliás, no Regimento.

No Regimento não há nenhuma regra em relação ao período, ao prazo, para as avocações, a única coisa que está no Regimento é que o prazo para as avocações tem de ser feito até às 18 horas do dia anterior da votação, e foi isso que o Livre fez.

Sabemos que, normalmente, o que se faz é uma avocação dos artigos que foram votados na tarde anterior, na reunião da COFAP,…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

… mas, neste caso, entendemos que faz sentido esta proposta, que foi votada no primeiro dia de votações, voltar aqui ao Plenário,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… não só para o Livre corrigir o seu sentido de voto, mas também para dar oportunidade ao próprio Plenário de corrigir o seu sentido de voto, caso assim o deseje.

Consideramos que isto não é alterar as regras do Parlamento, consideramos que não há aqui um problema de igualdade de armas, porque, na verdade, todos os partidos têm a possibilidade de recorrer desta forma, e não vem gerar discussão e gerar confusão relativamente ao processo do Orçamento do Estado, porque as avocações são feitas no dia anterior e todos sabemos, ao mesmo tempo, que avocações é que vão ser feitas para o dia seguinte.

Portanto, estamos em igualdade de armas, estamos em igualdade de circunstâncias, pelo que peço ao Plenário que seja admitida esta proposta no guião de votações de hoje, como foram admitidas para o guião de votações de hoje todas as outras propostas que foram avocadas ontem à noite.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Penso que nenhum grupo parlamentar deseja usar da palavra.

Então, vou pôr à votação o recurso. Se a maioria votar contra o recurso, significa que se mantém o meu despacho; se votar a favor do recurso, significa que é a posição pretendida que sai vencedora. Repito: com a maioria a votar contra, mantém-se o meu despacho.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL, do CDS-PP e do Deputado do PS Filipe Neto Brandão, os votos a favor do L e do BE e abstenções do PS, do PCP e do JPP, registando-se a ausência do PAN.

Face ao resultado da votação, o recurso não é procedente e, portanto, mantém-se o despacho do Presidente da Assembleia da República e esta norma não é avocada pelo Plenário.

Vamos, então, passar para o primeiro ponto da nossa ordem do dia, começando com a discussão do artigo 136.º-A, constante da proposta de lei do Orçamento do Estado. Tem a palavra o Sr. Deputado Marcus Santos, do Chega.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o Governo extinguiu o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras), entregou suas funções à PSP (Polícia de Segurança Pública) e deixou os polícias nas fronteiras a trabalhar sem as condições que antes existiam.

Estes profissionais agora acumulam fiscalização de estrangeiros, controlo de fronteiras e segurança aeroportuária, com formação especializada, risco permanente e pressão internacional, mas recebem menos do que o SEF recebia. Estamos a falar de quem combate o terrorismo, tráfico humano, imigração ilegal e crime internacional e o Estado trata-os como mão de obra barata.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — Isto não é só injustiça, é uma irresponsabilidade contra a segurança nacional. Por isso, o Chega propõe um suplemento de 25 %, acumulável e considerável para subsídios. Quem protege fronteiras tem de ser protegido. A segurança de um país começa por respeitar quem a garante.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, por parte do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Faça favor.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, em relação à proposta que foi aqui aprovada, de uma dotação extraordinária para o Tribunal Constitucional, a questão não é saber se o Tribunal Constitucional tem ou não direito a ter os meios necessários para funcionar o melhor possível. É evidente que tem.

A questão é outra. A questão é saber se este Parlamento, e particularmente as bancadas do Chega e do Partido Socialista, considera que é acertado, que é sensato, que é curial, que é conforme aos interesses da justiça, criar para o Tribunal Constitucional uma plataforma digital distinta da dos outros tribunais.

É que, recordemos, aquilo que o Tribunal Constitucional pediu — e que o Chega e o PS viabilizaram — foram 750 000 € euros para criar um sistema informático autónomo. Como disse a Sr.ª Ministra da Justiça, na carta que já foi lida neste Parlamento, isto cria problemas de interoperabilidade com todo o sistema de justiça, a multiplicação de plataformas, custos de manutenção e necessidade de equipas próprias, prazos de implementação superiores a 20 meses, segundo o plano apresentado, e um custo real que, combinado com a manutenção e a evolução, ultrapassará significativamente o valor que agora está apresentado.

Não estamos a falar de um reforço técnico pontual, mas, ao invés, este Parlamento estará a propiciar a criação de uma exceção estrutural, com impacto permanente nos orçamentos futuros, e, acima de tudo, e este é o ponto que temos de sublinhar, na arquitetura tecnológica da justiça.

Perante isto, há uma pergunta central: será que o PS e o Chega percebem, compreendem, que já existe uma plataforma digital para a justiça e, se esta já existe e se está a funcionar,…

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … qual é o racional de criar uma nova ilha tecnológica? É isto, Srs. Deputados, que está em causa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não nos parece que produzir plataformas avulsas dentro do sistema de justiça seja o melhor caminho. Pelo contrário, é obsolescência programada, é duplicar custos desnecessariamente, numa palavra: é complicar. Por isso, o Governo apela aos grupos parlamentares, sobretudo aqueles com maior responsabilidade, para que não criem esta ilha tecnológica e que permitam a agilidade e a interoperabilidade dentro do sistema de justiça.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem dois pedidos de esclarecimento. Responde em conjunto, penso eu, mediante o tempo que tem.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sim, Sr. Presidente, responderei em conjunto.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Tem 2 minutos para pedir esclarecimentos, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, a proposta que aqui foi aprovada — e outra teria sido, se não fosse um outro debate que talvez tenhamos tempo para fazer —, não foi apenas apoiada pelo PS e pelo Chega. A não ser que esteja enganada, penso que, exceto o CDS e o PSD, todos os partidos e grupos parlamentares entendem a necessidade de reforçar o orçamento do Tribunal Constitucional — posso estar enganada, talvez a IL também não o entenda. Ainda assim, não são apenas o PS e o Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Como é que vota a IL?

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E entendem esta necessidade porque o Tribunal Constitucional teve a humildade…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Humildade?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … e a preocupação de vir à Assembleia da República explicar e justificar as necessidades de reforço orçamental, depois de ter feito chegar essa mesma informação ao Governo, depois de ter pedido uma reunião ao Primeiro-Ministro, relativamente à qual não teve resposta.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não me parece que a reunião entre dois órgãos de soberania tenha de ser tutelada pelo Governo ou deva ser tutelada pelo Governo.

Ainda assim, Sr. Ministro, a plataforma eletrónica, cujo orçamento é de 150 000 € plurianual — plurianual! — , não justifica esta posição do Governo. É uma pequena parte do reforço orçamental que o Tribunal Constitucional está a pedir, que é para poder fazer funcionar os mecanismos de fiscalização dos titulares de órgãos públicos, tarefa que lhe foi confiada pela Assembleia da República.

Neste momento, não há interoperabilidade, porque o Tribunal Constitucional tramita em papel. É uma ilha de papel!

A minha pergunta, Sr. Ministro, é: porque é que quer fazer uma guerra com o Tribunal Constitucional e com a Assembleia da República por 150 000 €, distribuídos ao longo de vários anos, por causa de uma plataforma informática?

Sr. Ministro, responda, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre. Tem 2 minutos.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, ficámos estarrecidos com esta questão de o Tribunal Constitucional ser à volta de 1,6 milhões de euros…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas não é!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não, é 100 000 €!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Esperem!

Risos do CH.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Ai «esperem»! Esperem!…

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — É à volta de 1,6 milhões de euros no total — 100 000 € para o ano que vem —, que correspondem a 750 000 € plurianual, como já foi referido, para uma plataforma independente que, aliás, cumpre as recomendações internacionais para este tipo de tribunais.

Também não compreendemos, já agora, porque 1,6 milhões de euros correspondem a 0,0006 % do Orçamento do Estado para este ano.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É um bocadinho mais!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não é caso para tanto! É um precedente!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Não compreendemos esta questão e achamos que não devíamos estar a perder tempo com isto.

O Tribunal Constitucional é independente, o Governo não o tutela. Tendo o Tribunal Constitucional enviado um pedido justificado — e bem justificado — das suas necessidades de financiamento, inclusive desta plataforma,…

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É um precedente!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … não compreendemos porque é que estamos a fazer disto um assunto e estamos a querer tutelar a ação do Tribunal Constitucional.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ao contrário!

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Está enganada! Não é nada disso!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Não achamos que isto seja um procedimento democrático…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não percebe nada!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — … que devíamos estar a conduzir nesta Casa e pedimos a todos que continuem a aprovar esta recomendação de 1,6 milhões de euros para o Tribunal Constitucional.

Aplausos do L.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Era o que faltava! A proposta deles era de 1,6 mil milhões de euros!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É um órgão de soberania!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o pedido de esclarecimento foi dirigido ao Sr. Ministro. E o Sr. Ministro está, com certeza, desejoso de que os Srs. Deputados o deixem fazer o respetivo esclarecimento. Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, tenho de lhe dizer, Sr.ª Deputada, com todo respeito, que há uma contradição insanável naquilo que disse: se só custa 100 000 €, como agora acabou

de afirmar, porque é que se dá 1 milhão e 600 mil que, aliás, eram 1 milhão e 900 mil?! Portanto, não se percebe, peço-lhe desculpa.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Plurianual, Sr. Ministro!

Protestos do Deputado do CH Eduardo Teixeira.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O Governo está com uma política na organização, quer da justiça quer dos demais sistemas da Administração Pública, no sentido da unificação dos sistemas, da interoperabilidade e da gestão integrada de dados.

Chamo, novamente, a atenção dos Srs. Deputados de que estamos aqui a introduzir um complicómetro desnecessário.

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

Esta visão não serve os tribunais, não serve os profissionais de justiça, não serve, sequer, o Tribunal Constitucional.

Deixe-me dizer-lhe, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, que o Sr. Primeiro-Ministro respondeu à missiva que lhe foi enviada pelo Sr. Presidente do Tribunal Constitucional. Portanto, não é verdade aquilo que aqui disse,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! São mentirosos! O homem do cravo é mentiroso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … o Sr. Primeiro-Ministro respondeu. E não é bonito estar aqui a dizer que não foi isso que aconteceu.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Não?! Ouvimos todos!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Esta visão não serve Portugal, não serve os portugueses, não serve o próprio Tribunal Constitucional. Volto a apelar para que as bancadas com responsabilidades nesta matéria voltem atrás no seu sentido de voto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, esta não é, efetivamente, uma questão menor, nem creio, sinceramente, que estejamos a perder tempo com ela. Estamos a ganhar tempo numa discussão que é de princípio e que é de responsabilidade.

Vejamos: há um erro, desde logo de princípio, na análise e naquilo que foi dito aqui. Se as Sr.as e os Srs. Deputados lessem, como devem ler, a Constituição, sabiam que os órgãos de soberania são os tribunais, não é um tribunal em si considerado. É tão órgão de soberania o Tribunal Constitucional como é o tribunal da comarca da terra de cada uma das Sr.as e de cada um dos Srs. Deputados.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Claro! Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E pergunto: se o Tribunal da Comarca de Vila Verde viesse à Assembleia da República…

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves.

… exigir que as Sr.as e os Srs. Deputados reforçassem a dotação orçamental para recuperar o telhado de um tribunal onde chove, as Sr.as e os Srs. Deputados decidiriam da mesma forma?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sim, provavelmente sim!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou seja, a irresponsabilidade das Sr.ªs e dos Srs. Deputados é decidir alocar e dotar dinheiro aos tribunais, e às outras instituições, conforme as reivindicações que vêm fazer ao Parlamento. Devo dizer-vos que assim não era possível governar e o Estado falia no mesmo dia.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Eu percebo, porque essa já foi uma forma de governar no passado.
Sr.ªs e Srs. Deputados, o que está em causa é muito simples.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Ponto número um, primeira pergunta que as vossas consciências devem fazer: tem o Tribunal Constitucional os meios financeiros, a dotação orçamental necessária para prosseguir a sua atuação?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tem! Claro que tem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E o que é que fazemos para responder a essa pergunta? Olhamos para a execução orçamental de 2025,…

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

… que é o mesmo que perguntar: este ano, o Tribunal Constitucional gastou, executou, todo o dinheiro que o Governo lá pôs para o seu funcionamento? Resposta:…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … não. O Tribunal Constitucional, no ano de 2025, não executou todo o seu orçamento.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem de perto!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Este é o ponto número um.
Ponto número dois: para 2026, o Governo aumenta, reforça, a dotação do Tribunal Constitucional, apesar de, em 2025, o Tribunal Constitucional não ter executado todo o seu orçamento? Resposta: o Governo, na proposta de lei que enviou para o Orçamento — e que as Sr.ªs e os Srs. Deputados discutiram ao longo do último mês —,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Reforça!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … reforça a dotação orçamental do Tribunal Constitucional.
Então, o que é que está em causa? Qual é a razão para as Sr.ªs e os Srs. Deputados entenderem que se deve dotar o Tribunal Constitucional com mais orçamento? A razão é só uma: o Tribunal Constitucional entende que deve ter uma plataforma autónoma, só para eles, à parte de todo o sistema judicial, para tramitar os seus processos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não é só isso! É para pagar salários!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E pergunto: é isto razoável? Ou é mais razoável que todos os operadores de justiça, por uma questão de simplicidade, de reforma do Estado,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É o controlo!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … de segurança, de certeza jurídica, de rapidez, de velocidade, tenham a mesma plataforma? Eu não tenho dúvida quanto à resposta.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabem, Sr. Deputado Rui Tavares, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, Sr.ª Deputada Paula Santos, entendo que a esquerda ache que o Tribunal Constitucional deve ter um tratamento de privilégio.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso diz muito!

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois quero dizer-lhes que este grupo parlamentar não o acha, não entende e não o defende.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Se o pressuposto é esse, diz muito!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aquilo que me espanta neste debate, Sr. Presidente, é a posição do Partido Chega. Creio, honestamente, que o Chega chegou até aqui ao engano e queria, com toda a sinceridade, fazer um apelo ao Partido Chega: que olhe para aquilo que eu disse, sem birra ideológica,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah, sim!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … sem preconceitos, e sem estarmos agora a pensar se perdemos ou não perdemos o pé.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Olhemos apenas para aquilo que são os factos. O Tribunal Constitucional teve, este ano, dinheiro que não executou? Sim. O Governo reforça a dotação para o próximo ano? Sim.

E a pergunta que faço ao Chega — e para a qual quero a vossa resposta — é: deve o Tribunal Constitucional ter um tratamento de privilégio e ter uma plataforma informática diferente de todos os outros?

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

Se entendem que sim, então, façam o favor de manter a vossa proposta até o fim e assumam essa responsabilidade. Do ponto de vista da bancada do Grupo Parlamentar do PSD, não. Faço esse apelo à vossa consciência.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, vamos enquadrar: esta proposta de alteração do Orçamento do Estado surge após missiva unânime da cúpula do poder judicial, em audiência, de facto inédita nesta Casa, num conjunto de problemas que reclamam resolução, para que possam cumprir a sua missão e o normal e desejável funcionamento da justiça que administram.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Problemas ao nível da captação, da modernização e do reforço de meios, não só do Tribunal Constitucional, mas da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos e da Entidade para a Transparência.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é muita ingenuidade!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não são ilhas tecnológicas, não são assuntos de menor importância, Sr. Ministro. Ou seja, é garantir que o Tribunal Constitucional disponha, com independência, dos meios necessários para que possa planear adequadamente os investimentos, os reforços pretendidos, para assegurar o desempenho pleno e desejável das suas competências constitucionais. Solicitações, aliás, que têm sido pedidas ao Governo há mais de um ano…

E por muito que digam que agora houve respostas, há um bloqueio e ausência total de diálogo institucional…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… entre a terceira e a quarta figuras de Estado de Portugal, e isto não pode pôr em causa o normal funcionamento das instituições.

Aplausos do CH.

As ausências de resposta do Governo…

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não houve!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … a um órgão de soberania…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É mentira!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … que não é um mero serviço de Estado, como foi apelidado pelo Sr. Deputado Hugo Carneiro,…

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

… no início da discussão, há uns dias atrás, que o Governo não tutela, são inaceitáveis e obrigam este Parlamento a agir e a criar condições de funcionamento.

Parcos 1,6 milhões de euros justificam o esforço dos portugueses para que a justiça funcione, e esta foi e é uma polémica absolutamente desnecessária.

Aplausos do CH.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não foi capaz de admitir nada do que eu disse!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aquilo a que nós estamos a assistir aqui é, da parte do Governo, o regatear de 1600 milhões de euros para o Tribunal Constitucional.

Eu creio que foi muito clara a audição que foi realizada na Assembleia da República e não só as motivações pelas quais o Tribunal Constitucional tomou esta iniciativa, mas a fundamentação da necessidade desta verba suplementar para o seu orçamento.

E deveríamos questionar-nos como é possível ter-se chegado até aqui. Como é possível, durante mais de um ano, o Governo não ter respondido…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … às solicitações do Tribunal Constitucional, para evitar que estivéssemos agora aqui com o Governo a regatear, sob falsos argumentos, 1600 milhões de euros para o Tribunal Constitucional?

E essa questão ainda não foi justificada, porque foi dito, aqui, na Assembleia da República, que foi pedida audiência ao Primeiro-Ministro, que foi desmarcada e nunca mais foi marcada, e que esta carta da Ministra da Justiça, que não responde às solicitações do Tribunal Constitucional, só foi enviada depois da audiência que foi realizada na Assembleia da República. E, portanto, esta é a primeira questão.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

E a segunda questão, que ainda não está respondida, é porque é que o Governo, o PSD e o CDS, não querem salvaguardar a autonomia, a independência e a soberania do Tribunal Constitucional. Esta é a segunda questão.

Protestos de Deputados do PSD e do CDS-PP.

Estamos a falar de um órgão de soberania. Porque é que o Governo quer impor uma plataforma ao Tribunal Constitucional — aliás, que não ocorre nos seus congéneres noutros países na Europa —…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas como é que era na geringonça? Vocês também mentiram na geringonça!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … sob a tutela do Governo? Porque é que não quer assegurar o investimento e o financiamento para, de facto, ter a sua própria plataforma e deixar o Tribunal Constitucional, neste momento, numa situação que é, de facto, anacrónica, com a tramitação dos procedimentos em papel, que é coisa do século passado, de facto?

E, portanto, estas são, efetivamente, as questões que aqui estão em cima da mesa, relativamente a esta matéria, porque não há dúvidas nenhumas de que o Tribunal Constitucional é um órgão de soberania. Estamos a falar de um tribunal superior, estamos a falar de um tribunal cujos meios e condições, pelos vistos,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não está em causa!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … não estão a ser assegurados, para o seu funcionamento,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … porque o Governo não quer. E o Governo, neste debate aqui, está a insistir em não o querer assegurar e isso é que nos deve preocupar.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, respondendo diretamente à questão do Sr. Deputado Hugo Soares — se outro tribunal viesse à Assembleia da República pedir 100 mil euros para arranjar o telhado que impedisse o seu funcionamento, nós iríamos propor os 100 mil euros para o telhado —, a resposta é sim, iríamos propor os 100 mil euros para o telhado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não propuseste!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E íamos votar as propostas de outros partidos que propusessem os 100 mil euros para o telhado? A resposta é sim, iríamos votar favoravelmente as propostas de outros partidos.

A ideia que o PSD aqui tentou apresentar, de que o facto de atribuirmos 1,6 milhões ao Tribunal Constitucional é a razão pela qual chove nos outros tribunais, é uma ideia demagógica e falsa,…

Protestos do PSD.

… porque nem são esses 1,6 milhões que vão arranjar o telhado dos outros tribunais…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois não!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … nem é por causa destes 1,6 milhões…

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

… que os outros tribunais não fizeram as obras, ao longo de todos estes anos. Portanto, é uma falsa dicotomia, que não faz sentido nenhum.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas quando é a banca e os impostos e não sei quê, já é uma dicotomia que faz sentido, não é?!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Agora, Sr. Deputado, se a pergunta que faz é: «Será que o Tribunal Constitucional, quando pede uma reunião à Assembleia da República, deve ser ouvido com especial atenção,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deve! Quando os assuntos o merecem, deve!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … com especial respeito, com especial consideração?», a resposta é sim.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É uma vergonha, na minha opinião! Ridículo!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço para parar o tempo. Srs. Deputados, eu, como ex-Ministro da Justiça, também tinha uma vontade enorme de intervir no debate e estou aqui, contido, a ouvir coisas com que concordo, outras com que não concordo,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas devia!

O Sr. **Presidente**: — … algumas que são corretas, outras que são incorretas, e estou a ouvir, calmamente, posições diferentes. Os Srs. Deputados podem fazer o mesmo.

Portanto, Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, faça favor de continuar.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Independentemente do que nós pensamos, se gostamos mais ou menos do Presidente do Tribunal Constitucional,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é isso que está em causa!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … das posições do Tribunal Constitucional, da forma como o Tribunal Constitucional exerce a sua autonomia, se o Tribunal Constitucional vem à Assembleia da República pedir uma reunião, sim, a Assembleia da República deve ouvi-lo com especial atenção, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque é o Tribunal que garante o cumprimento da Constituição da República Portuguesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois garante!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E isso não é uma coisa menor. É o Tribunal que julga e ajuíza o cumprimento da Constituição da República Portuguesa…

Protestos dos Deputados do PSD Hugo Soares e Hugo Carneiro.

… e que, nesse âmbito, tem uma responsabilidade particular em julgar e ajuizar decisões não só desta Assembleia da República como do próprio Governo.

A segunda razão pela qual o Tribunal Constitucional deve ser ouvido com especial atenção é porque é o Tribunal que fiscaliza o património, as contas dos titulares de cargos públicos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E por isso é que tirou dinheiro à Entidade da Transparência! Ridículo!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E, portanto, Srs. Deputados, se o Tribunal diz que precisa de 1,6 milhões de euros para cumprir as suas funções, nós temos o dever de ouvir e de considerar se a justificação foi dada ou não foi dada.

E foi dada, porque há dois riscos que a Assembleia da República não pode correr. O primeiro é o risco de não garantir os recursos para que se fiscalize a Constituição da República Portuguesa.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O segundo é o risco de não garantir os recursos para se fiscalizar a si mesmo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é para isso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não sabe do que está a falar!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — E esse é um risco que nós não podemos nunca, nunca correr.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — E, já agora, os recursos humanos também, que o Tribunal Constitucional precisa de ter, na sua plenitude.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — São recursos humanos!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, nós respeitamos institucionalmente o Tribunal Constitucional, como sempre respeitámos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Pelos vistos, não!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas isso não significa que não possamos discordar das suas posições e eu pessoalmente discordei de variadíssimas decisões do Tribunal Constitucional, no passado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É por isso que não quer transferir 1600 milhões?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vivemos em democracia e é possível a crítica, e o Tribunal Constitucional não está isento dessa crítica.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É a vida!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, sobre esta matéria em particular, vamos a factos.

Desde 2023 que as transferências do Orçamento do Estado para o orçamento do Tribunal Constitucional aumentaram 700 mil euros. O Tribunal Constitucional teve mais 700 mil euros no seu orçamento e, no entanto, em todos estes anos, o Tribunal Constitucional nunca conseguiu executar plenamente o seu orçamento.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Mas não justificam com isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Há anos em que o Tribunal Constitucional fica abaixo dos 80 %, na execução do seu orçamento.

E, por isso, a primeira pergunta que eu gostaria de fazer é: que sentido faz um órgão como o Tribunal Constitucional, que mostra uma total incapacidade para executar o seu orçamento, vir pedir mais verbas ao Orçamento do Estado?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não faz sentido absolutamente nenhum.

Acresce que na audição que tivemos com o Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, o argumento que foi utilizado para ter uma plataforma informática própria foi — imagine-se! — o argumento da independência. O Tribunal Constitucional, para ser independente, teria de ter uma plataforma informática própria, porque, caso contrário, a sua independência era posta em causa.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

E eu pergunto: então o que é que acontece com os outros tribunais?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Com certeza!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Os tribunais de primeira instância e os tribunais superiores, que estão numa plataforma informática comum, esses tribunais são menos independentes do que o Tribunal Constitucional?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ou são menos órgãos de soberania?

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Alguma vez esses tribunais, sendo também órgãos de soberania, são menos independentes do que o Tribunal Constitucional? Seguramente que não.

Se perguntarem ao Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, ao presidente de qualquer tribunal da relação ou mesmo aos presidentes dos coletivos dos tribunais de primeira instância, dir-lhes-ão que aquela plataforma informática comum é uma plataforma que é muito útil, que melhora a eficiência dos tribunais e que, em circunstância alguma, no passado, no presente ou no futuro, irá alguma vez pôr em causa a independência desses tribunais.

E, por isso, deixem-me terminar dizendo o seguinte: é estranho, é muito estranho que o Tribunal Constitucional não tenha apresentado este tipo de propostas e, ainda por cima da forma como o fez, durante os Governos do Partido Socialista, em particular durante os governos da geringonça.

Protestos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eles também são humanos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E mais, é muito estranho também que os partidos que apoiaram o Governo socialista, desde o Bloco ao Partido Comunista — o Livre penso que não apoiou — e o próprio Partido Socialista…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Apoiou, apoiou!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Também apoiou. *Ok*, então o Livre também. É muito estranho que não tenham feito estas propostas no sentido de aumentar as verbas para o Tribunal Constitucional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Agora têm o André Ventura!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu pergunto: porque é que só agora é que acordaram para esta realidade? Porque é que só agora é que a independência do Tribunal Constitucional está posta em causa?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para pagar salários, Sr. Deputado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por razão nenhuma, Srs. Deputados.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

É apenas demagogia e populismo.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E o Tribunal Constitucional, com todo o respeito institucional que nos merece, deve ser tratado como todos os outros tribunais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, nós não íamos intervir neste ponto, mas, depois de assistirmos a esquerda e direita a usarem o Tribunal Constitucional como arma de ataque ideológico,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … é absolutamente inaceitável que isso aconteça.

Nós somos constitucionalistas. Aliás, esse é um dos muitos patrimónios do liberalismo, o constitucionalismo. É um património nosso,…

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

… e o Tribunal Constitucional, enquanto garante, enquanto defensor da Constituição e do constitucionalismo, obviamente tem de ser defendido.

E se o Tribunal Constitucional vem a esta Câmara pedir mais recursos, nós temos de tomar como verdadeiros e como princípio de boa-fé…

Risos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

… que, de verdade, há aqui um fundamento para pedirem mais recursos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não, não foi fundamentado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Dito isto, temos também de apelar a algum bom senso e a algum pragmatismo, para que não se use um sistema de informação para fazer este debate ideológico, porque a necessária independência e autonomia do Tribunal Constitucional não se mede, não se vê pelos seus sistemas de informação.

E, portanto, a análise que o Tribunal Constitucional deve fazer e que todos nós devemos fazer é se há motivos,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Primeiro, passa o cheque!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … se há razões de ordem técnica que justifiquem uma plataforma independente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não há!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Sr.ª Ministra da Justiça apresentou bons argumentos contra. Nós esperamos agora ouvir do Tribunal Constitucional bons argumentos a favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Até à data, ainda não os ouvimos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ai, agora?! Primeiro, passas o cheque e depois queres os argumentos?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não obstante isso, se um órgão de soberania nos pede capacidade financeira para poder desempenhar a sua importante função, não seremos, obviamente, nós, constitucionalistas, a opor-nos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, para uma intervenção.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Vem o mandatário desta intervenção, agora!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para sublinhar ao País aquilo que a Iniciativa Liberal acabou de dizer. Para a Iniciativa Liberal, o princípio é este: primeiro passa-se o cheque, depois pergunta-se ao Tribunal Constitucional porquê.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Presidente**: — A Iniciativa Liberal quer reinscrever-se. Faça favor, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, o cheque não é só para a plataforma informática, é para o funcionamento do Tribunal Constitucional.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Aplausos do Deputado do PS Miguel Matos.

E, portanto, justifica-se, sim, esse dinheiro. Essa é outra discussão à parte.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Custa muito dinheiro aos contribuintes portugueses!

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos continuar, que ainda temos muito trabalho hoje.
Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Tem 49 segundos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, o Governo assegura aqui, como já fez noutras ocasiões, que não faltará verba nem para o Tribunal Constitucional nem para qualquer outro tribunal superior neste País.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E para o de Lisboa?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E o Governo assume este compromisso de uma forma inequívoca.
O que está aqui em causa é uma coisa diferente, e o apelo que eu faço é para que este Parlamento…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Não tem credibilidade!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … não propicie a criação de uma ilha tecnológica, de uma espécie de arquitetura digital do sistema de justiça, uma aldeia de *Asterix*,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — … completamente isolada dos outros tribunais superiores e do resto do sistema de justiça.

É por isso que peço ao Parlamento para pensar bem antes da votação que se vai seguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Testa, do Partido Socialista, sobre um artigo 136.º-A.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento do Estado que visa isentar os habitantes do Alentejo e as empresas sediadas no Alentejo do pagamento da autoestrada que os serve, e não de todas as autoestradas da região.

Esta proposta de alteração ao Orçamento visa dois objetivos: um de justiça e equidade comparativamente a outras regiões do interior do País, relativamente às condições de circulação e segurança das populações; e outro de alavancagem da promoção do desenvolvimento económico das próprias regiões e da coesão territorial do País.

Esta medida não tem relevância orçamental — custa pouco mais de 20 milhões de euros. Repito, esta medida não tem relevância orçamental, mas tem relevância na vida das pessoas e na vida das empresas.

Aplausos do PS.

É por isso que hoje aqui dizemos que esta medida não é aprovada por nenhuma coligação negativa, porque, em muitas matérias, a única coligação negativa que existe é a coligação que suporta o Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, numa manhã em que me parece que a AD (Aliança Democrática) se voltou a estampar, cabe-me a mim falar de políticas de mobilidade.

Importa voltar a referir que a coesão nacional se encontra comprometida, também no que respeita às portagens. Alguns passos, graças ao Chega — não ao Partido Socialista, mas graças ao Chega —, já foram dados nesta matéria.

Risos dos Deputados do PS Luís Moreira Testa e Miguel Matos.

Não sei do que é que se estão a rir. Quem tem dificuldades na vida não se ri, com certeza, mas os Srs. Deputados responderão pelas vossas atitudes.

Ainda assim, Srs. Deputados, voltamos ao vosso convívio, desta feita para voltar a propor um programa de redução e isenção progressiva de portagens em todo o nosso País.

Andar de carro, infelizmente, não é um luxo. Há muita gente no nosso País que, para trabalhar, para aceder à saúde ou à educação, tem de se deslocar em viatura própria, ou porque não há transportes públicos decentes para o país de primeira linha que pretendemos ser, ou porque não há trajetos alternativos que mitiguem esses gastos.

Portanto, a bem da população e a bem das empresas portuguesas, há dias em que temos de ser corajosos. Peço a quem votou contra esta medida que reflita na sua atitude e, por uma vez na vida, sejam corajosos, embora, muitas vezes, os corajosos possam ser os cobardes encurralados.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Paula Santos, tem a palavra, para uma intervenção.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, iremos acompanhar a proposta que foi apresentada pelo Partido Socialista,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — … mas, em matéria de portagens no nosso País, há necessidade de fazer uma discussão bem mais alargada.

Com a nossa ação e com a luta por parte das populações, foi possível pôr fim às portagens nas ex-SCUT (sem custos para o utilizador), mas persistem ainda alguns troços que importa também isentar dessas mesmas portagens — aliás, essa foi uma das propostas que trouxemos ao Orçamento do Estado —, para não penalizar as populações e para garantir efetivamente o direito à mobilidade.

Mas há também uma outra questão, em particular, na Área Metropolitana de Lisboa. Aliás, a insuficiência de transportes públicos no nosso País é generalizada, mas queria trazer esta situação em concreto da Área Metropolitana de Lisboa, em que faltam transportes públicos e muitas das populações são obrigadas à utilização do transporte individual para poder fazer a sua deslocação para o local de trabalho ou por outras necessidades. E a verdade é que são penalizadas com as portagens existentes. Isso prejudica as populações, mas prejudica também a atividade económica.

Foi por isso que, neste Orçamento, trouxemos também uma proposta para eliminar as portagens na A1, entre Lisboa e Vila Franca de Xira, na A2, entre Almada e Setúbal, na A9, entre Caxias e Alverca, e na A33, em todo o seu percurso, Caparica-Montijo, exatamente no sentido progressivo de avançar numa perspetiva de garantir mobilidade.

É naturalmente necessário um investimento também no aumento da oferta de transporte público, e essas foram propostas que também trouxemos a este Orçamento do Estado.

Estas propostas do PCP marcariam a diferença na qualidade de vida destas populações, e queria sinalizar neste debate estas nossas propostas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, para o JPP, a mobilidade é, antes de mais, uma questão de acesso quotidiano. Quem vive fora dos grandes centros e quem vive numa ilha sabe o que é enfrentar barreiras para circular dentro do seu próprio território para trabalhar, estudar e aceder a serviços básicos. É isso que está em causa em parte das propostas que hoje votamos.

A isenção de portagens em troços concretos para residentes e empresas locais não é uma medida sobre atravessar o País, é uma medida sobre remover barreiras económicas «dentro de casa», na mobilidade local das regiões de baixa densidade e com poucas alternativas viárias. Estamos a falar de trajetos do dia a dia, onde a portagem funciona como um custo injusto sobre quem vive e trabalha no território.

Neste quadro, soluções proporcionais e territorialmente delimitadas fazem sentido e podem ser executadas com responsabilidade. Diferente é fazer da mobilidade um exercício genérico desligado da realidade dos contratos, dos custos e das consequências financeiras.

A experiência mostra-nos que a justiça territorial constrói-se corrigindo desigualdades concretas, não criando novas incertezas. O JPP vota com base na experiência, no equilíbrio e no compromisso com soluções exequíveis.

Mobilidade justa, sim. Justiça territorial, sim. Coesão territorial, também sim.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, está em debate a questão do fim das portagens e é justo salientar a profunda injustiça que consistiu no chumbo da abolição das portagens nas ex-SCUT, nomeadamente na região norte e no distrito do Porto, particularmente no Grande Porto. Falo da A28, da A41, da A42 e da A4.

Paradoxalmente, há a intenção — parece que há um consenso alargado, excluindo o PCP, naturalmente — de introduzir portagens na VCI (via de cintura interna), quando todos sabemos que, para quem vive naquela região, o problema do trânsito na VCI se alivia eliminando as portagens na A41, entre outras medidas.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar ao próximo interveniente, porque estão as galerias cheias de alunos para assistir aos trabalhos, vou dar nota de que estão presentes um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas da Ericeira, um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Carolina Michaëlis, do Porto, um grupo de alunos e professores da Escola Básica e Secundária do Monte da Caparica, um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. Filipa de Lencastre, de Lisboa, um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Frei Gonçalo de Azevedo, de São Domingos de Rana, um grupo de alunos e professores da Escola Profissional Bento Jesus Caraça, do Seixal, e um grupo de alunos e professores da Escola Secundária du Bocage, de Setúbal.

Aplausos gerais.

Agora, dou a palavra ao Sr. Deputado Pedro Correia, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no conjunto dos Estados-Membros da União Europeia, entre janeiro e junho de 2025, foram registados quase 400 mil pedidos de asilo. No caso português, foram mais de 2800, em 2024.

A questão são os pedidos infundados, em que o Estado português se encontra obrigado a dar apoios sociais — habitação, alimentação, vestuário e transporte — a requerentes de asilo cujo pedido tenha sido rejeitado, desde que apresentem recurso. O recurso é legítimo, mas a obrigação automática dos apoios sociais produz um efeito perverso, pois transforma o sistema de proteção num porto de abrigo para mais imigração ilegal, com impacto direto nas contas públicas.

Srs. Deputados, eficiência orçamental e controlo rigoroso das migrações não são apenas desejáveis, são absolutamente indispensáveis. Peço a vossa correção a esta injustiça.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Secretários de Estado, em 20 meses, 89 grupos de trabalho. De facto, é obra! Mas nós não precisamos de mais um grupo de trabalho para podermos reformar a distribuição das receitas do imposto do jogo *online* e podermos dar um financiamento adequado ao desporto em Portugal.

Não precisamos, porque não foi nem uma, nem duas, mas todas as federações desportivas, as 67 federações desportivas, reunidas no Conselho de Presidentes da Confederação do Desporto de Portugal, que deliberaram, por unanimidade, que deveríamos passar a distribuir uma parte destas receitas para a criação de um fundo de desenvolvimento desportivo.

Mas também não foram só essas federações desportivas. Foi o PS, foi o PSD e foram vários grupos parlamentares que aqui estão que colocaram no seu programa eleitoral a criação deste fundo, através da redistribuição das verbas do jogo *online*. É, por isso, incompreensível que estejamos hoje nesta situação, em que o PSD chumbou a proposta e o Chega absteve-se — uma proposta que merece a unanimidade do desporto nacional e um largo consenso do ponto de vista político.

Só se compreende isto do ponto de vista do que pode ser um dissenso do Governo da AD. Ontem tivemos o senhor líder parlamentar do PSD, o Deputado Hugo Soares, a tirar o tapete à Sr.ª Ministra da Cultura, a dizer que, afinal, a palavra dela não valia nada, porque ela podia defender o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) das galerias, mas, enfim, quem mandava era o Sr. Deputado Hugo Soares e o Sr. Primeiro-Ministro Luís Montenegro.

Pois bem, gostava de pedir, por favor, ao Grupo Parlamentar do Chega, aos outros partidos, que pudessem ajudar a Sr.ª Ministra Margarida Balseiro Lopes, porque, se o PSD não o faz, ela merece a nossa compaixão, ela merece a nossa misericórdia, para que possa haver o financiamento que o desporto merece, o financiamento que o desporto pede.

Aplausos do PS.

Até há um outro motivo. Não vale a pena dizer que vão retirar dinheiro ao turismo, porque as receitas deste imposto estão a crescer e, como consequência, sabemos que a única coisa que vai acontecer é que o dinheiro que será cobrado a mais neste imposto será dado ao desporto.

Na semana passada, o Governo veio anunciar um plano que prometia mais financiamento para o desporto, mas, na verdade, era o mesmo financiamento de sempre. Está na altura de este Parlamento honrar os votos de louvor que aqui aprova tantas vezes e dar o financiamento que o desporto pede.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Livre, na especialidade, votou contra esta proposta do Partido Socialista e vamos voltar a votar contra.

O jogo *online* é hoje um dos maiores problemas que enfrentamos no nosso País. Temos a publicidade ao jogo *online* completamente descontrolada e omnipresente. Temos práticas predatórias e, em muitos casos, ilegais a ser cometidas por estas entidades, como, por exemplo, pagar a *influencers* para fazerem publicidade, que não é identificada como tal. Portanto, há quem esteja a ganhar muito dinheiro com a promoção do vício do jogo, que está a destruir famílias e que está a pôr em causa o futuro de muitos jovens.

Esta proposta do Partido Socialista reduz a percentagem do imposto especial sobre o jogo *online* que vai para a entidade que controla e que faz a inspeção e a regulação dos jogos, o que nos parece um erro. Apesar de esta entidade não estar a executar o total desta verba que lhe está consignada, deveria estar e deveríamos reforçar esta inspeção.

Mas, para além disso, também cria este fundo de desenvolvimento desportivo e faz depender o seu financiamento destas receitas do imposto especial sobre o jogo *online*.

Não nos parece que seja um bom princípio fazer depender o financiamento do desporto e a promoção do desporto — objetivo com o qual, naturalmente, estamos completamente alinhados — da promoção do jogo *online*, das apostas e das casas de apostas, da atividade que é dos casinos *online*. Isto só vai criar um ciclo que não é uma dependência, que não é virtuoso, mas que é, sim, prejudicial. Por isso, manteremos o nosso voto contra.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (José Maria Brandão de Brito): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, queria sublinhar que a consignação de receitas é uma má prática orçamental, por ser desencorajada pela Lei de Enquadramento Orçamental e, ademais, queria dizer que esta proposta de alteração acarreta um adicional de despesa de 40 milhões de euros, o que a somar às propostas de alteração já aprovadas por este Parlamento ameaça obliterar o excedente orçamental projetado para 2026.

Aplausos do Deputado do PSD Alberto Fonseca.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento. Para o formular, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, pedia-lhe o favor de me conseguir explicar como é que a redistribuição da alocação de receitas resulta num aumento de despesa de 40 milhões de euros.

Sr. Secretário de Estado, para poder facilitar a sua vida, explique-me, como se fosse um aluno que quisesse ter nota 10, como é que 40 milhões de euros é um aumento de despesa nesta proposta em particular.

Aplausos do PS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Só 10?!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Isso é pouco!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, a consignação de receita subtrai receita a outras entidades que, naturalmente, vão querer ser ressarcidas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!…

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Fernando Queiroga, do PSD.

O Sr. **Fernando Queiroga** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, trazemos esta proposta que foi votada ontem, mas, como se constata, o PSD traz propostas sensatas, ponderadas, objetivas e que visam fundamentalmente a ajuda dos nossos agricultores e do nosso mundo rural. Não são propostas irrealistas nem financeiramente insustentáveis.

Esta medida visa minimizar os custos, nomeadamente com a produção agrícola, tais como a alimentação para os seus animais e os fertilizantes para a terra.

Este é, pois, mais um passo para o apoio ao nosso mundo rural. O nosso mundo rural e os nossos agricultores agradecem esta visão do PSD e este apoio para que os seus dias árduos de trabalho sejam melhores e para que vejam o futuro com mais esperança e com mais certeza.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também os membros do Governo e as Sr.as e os Srs. Deputados.

Desde logo, em relação a esta proposta de prorrogação do IVA zero, o PAN não pode deixar de referir que ontem vimos uma das injustiças que estava prevista neste Orçamento — a de não dar continuidade à prorrogação do IVA zero para a aquisição da alimentação para os animais de companhia por parte das associações zoófilas — a ser finalmente retirada com a aprovação desta proposta, e isso é, de facto, um passo importante no reconhecimento do trabalho que as associações fazem.

Mas se, efetivamente, temos este passo em frente, também tivemos vários passos atrás neste Orçamento. E não posso deixar de voltar a referir que é lamentável que o IVA para a venda da carne da caça tenha sido reduzido,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E porquê?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e que os cuidados médico-veterinários continuem a ser tratados como um bem de luxo.

Sr.as e Srs. Deputados, ouvimos há pouco aquilo que foi, de alguma forma, uma tentativa injustificável do Governo e das bancadas que o suportam de quererem, sistematicamente, começar a construir as políticas deste País pelo telhado. Ou seja, ainda agora o Sr. Deputado falou de opções extravagantes e megalómanas, mas eu recordo que, desde 2020 — e aqui referindo-me, mais uma vez, ao Tribunal Constitucional —, há propostas nesta Assembleia do PAN e de outras forças políticas para que entidades como o Tribunal Constitucional possam ver as suas verbas reforçadas.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

Aliás, a Entidade da Transparência também tem tido cortes sucessivos e não têm saído do papel as necessidades fundamentais para que os seus recursos humanos, as suas plataformas estivessem em pleno funcionamento.

E, portanto, é mais do que legítimo que esta Casa, esta Assembleia, possa trabalhar no sentido de garantir que um órgão de soberania de tal relevância, como é o caso do Tribunal Constitucional, possa ver, como é evidente, as suas verbas não só garantidas, como também a garantia de que não existe um comprometimento da necessidade da sua execução.

Também recordo que a proposta do PAN que o Chega chumbou com o seu voto contra, no ano passado, era a única que reforçava efetivamente a verba do Tribunal Constitucional já a partir de 1 de janeiro de 2026,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, a proposta era do PAN ou não?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … de forma automática, sem qualquer dependência do Governo.

Isto porque o PAN não quer que o Tribunal Constitucional esteja na dependência do Governo.

Queremos garantir que, efetivamente, este espetáculo que aqui foi de alguma forma prestado não ponha em causa o funcionamento de um dos órgãos absolutamente essenciais da nossa democracia, que é o Tribunal Constitucional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, o imposto adicional ao IMI (imposto municipal sobre imóveis), conhecido como «imposto Mortágua», não passa de um imposto ideológico direcionado para castigar a classe média e a propriedade privada.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

É um imposto que duplica a tributação sobre a propriedade, introduz uma progressividade aplicada ao património imobiliário e desvirtua o propósito original do IMI, que é financiar as autarquias.

Não somos só nós que o dizemos. O PSD, aquando da sua aplicação em 2017, também o disse, e cito: «Mais uma vez, a classe média é chamada a contribuir com dezenas, centenas de milhares de euros para os cofres. É o preço que o PS paga ao Bloco de Esquerda para se manter no poder.» Era o PSD da oposição e, por isso, o PSD votou contra este imposto em 2016 e, quando o imposto foi aplicado em 2017, comprometeu-se publicamente a apresentar, em sede de Orçamento, uma proposta para a sua eliminação, com a justificação de que o País já estava sobrecarregado de impostos.

Ora, a pergunta que se impõe é a seguinte: que motivo vai o PSD hoje apresentar para chumbar a proposta da Iniciativa Liberal que permite acabar, finalmente, com o «imposto Mortágua»?

Irá o PSD dizer que hoje o imposto já não afeta a classe média? Na verdade, Srs. Deputados, fruto do aumento patrimonial da habitação, este imposto abrange hoje mais 10 % de pessoas singulares.

Vai o PSD justificar este chumbo dizendo que o País já não está sobrecarregado de impostos, tal como disse em 2017? Mas é que a carga fiscal prevista para 2026 é superior à de 2017.

Por isso, nada disto faz sentido, nada disto se compreende.

Mas o PSD disse ainda mais sobre o «imposto Mortágua». E aqui volto a citar: «Um ataque às poupanças, um ataque ao investimento, um ataque à classe média.» Estamos de acordo, Srs. Deputados. Posso, por isso, apenas concluir que, pelo vosso chumbo à nossa proposta e pelo vosso apoio ao «imposto Mortágua», já não estão preocupados a respeito das poupanças, do investimento e com a classe média.

Não foi apenas o PSD que em tempos destruiu o «imposto Mortágua». O Chega chamou-lhe o imposto mais estúpido do mundo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Chamámos?!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — … um duplo castigo sobre os proprietários e sobre os senhorios e construtores que pretendem estar no mercado de arrendamento. Pois agora já não acha e ficou-se pelas palavras, viabilizando mais uma vez o «imposto Mortágua». Hoje, o Chega é Mortágua.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Está maluco!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr.as e Srs. Deputados, o PSD vai dizer que os tempos mudaram, que agora compromete os resultados. É sempre assim. Sempre que se cria um imposto, uma taxa ou uma taxinha, a gigantesca máquina do Estado absorve tudo e nunca mais liberta, muito menos se for para a classe média.

Mas o que mudou, Srs. Deputados, o que verdadeiramente mudou foi que a classe média está hoje ainda mais esmagada do que estava em 2017 e continua a ser incompreensivelmente a pinhata dos sucessivos Governos. Mas o que a classe média esperava, o que a classe média merecia, era uma inversão deste ataque fiscal constante e de não serem sempre os mesmos a carregarem as várias crises e os vários falhanços de governações.

A classe média está farta desta conversa vazia. Está farta de ser defendida por partidos quando estão na oposição e ser atacada e ignorada pelos mesmos partidos quando chegam ao Governo. E também já não vai na conversa populista do Chega, que tanto ataca a agenda da extrema-esquerda como depois viabiliza um imposto como o «imposto Mortágua».

O prémio vai para o Governo, que só tinha de executar o que disse aos portugueses durante estes anos, quando estava na fase de lhes pedir o seu voto, mas a verdade é que nem isso fez.

A Iniciativa Liberal mantém a sua coerência e volta a propor o fim do «imposto Mortágua», porque não há dúvidas quanto à sua injustiça. E a IL não vai dar cobertura a um imposto ideológico cujo efeito prático até agrava ainda mais o mercado da habitação.

Também temos de ser claros: quando se herda um erro e não se corrige, esse erro deixa de ser de quem o criou e passa a ser de quem o manteve. Por isso, o nome que agora melhor lhe assenta já não é «imposto Mortágua».

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Então?

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Este imposto, que nada mais é do que um ataque inqualificável à classe média, passa agora a ser, obviamente, o «imposto Pinto Luz».

Aplausos da IL.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Era o que mais faltava!

O Sr. **Presidente**: — Ora bem, era o que mais faltava.

O Sr. Deputado Pedro Pinto está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era apenas para pedir ao Sr. Presidente que usasse os seus bons préstimos para informar o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal de que nós votámos a favor. Portanto, eu não percebo esta declaração do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado, fica registado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

Uma vez que temos transferências de tempo, pedia ao Sr. Deputado que aguardasse um pouco.

Pausa.

O tempo já está transferido, Sr. Deputado. Faça favor.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, antes de mais, muito obrigado aos partidos que cederam o seu tempo.

Permitam-me falar sobre o famoso «imposto da ponte», criado no tempo de Oliveira Salazar para construir a Ponte 25 de Abril, ou Ponte António de Oliveira Salazar, para os saudosistas.

Esse imposto incide sobre transações imobiliárias que ocorrem aqui em Lisboa e na margem sul.

A ponte foi feita há 60 anos, o imposto servia para construir a ponte, mas, como não há nada mais permanente do que um imposto temporário, parafraseando Milton Friedman, o imposto cá continua, os portugueses continuam a pagar o imposto da construção da ponte.

Entretanto, ouvimos André Ventura dizer que são precisos três Salazares. Três, Srs. Deputados?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o de Braga, o de Valongo e o são-joanense!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós ainda não nos conseguimos livrar do primeiro e os Srs. Deputados ainda querem mais dois?

Reparem, é que ele continua cá, não está em estátuas, mas está em leis, está em regulamentos e está em taxas que ficaram como heranças tóxicas do Estado Novo.

Mas este é um exemplo entre muitos: para além do imposto da ponte, temos a lei das rendas congeladas, que destruiu as nossas cidades e que demoraram décadas a serem reabilitadas; ou também a da Casa do Douro, que tem um estatuto corporativo vindo do Estado Novo.

Por isso, quando alguns clamam por três Salazares, é caso para perguntar: para quê três, se nós ainda estamos a pagar impostos inventados pelo primeiro?

É que Portugal não precisa de mais Salazares, certamente. O que precisa é de uma boa limpeza à tralha legal e à bandalheira fiscal que ainda cá existe.

Srs. Deputados, o que se exige não é mais Estado Novo. É mais 25 de Abril, mas sem os impostos do Estado Novo!

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Que intervenção tão fascista!

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, tendo o PAN cedido tempo ao BE. Dispõe agora de 39 segundos e tem de ter condições para ser ouvida.

Pausa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, venho aqui defender a denominação do adicional ao IMI. Nada me deixaria mais triste que deixá-lo escapar para o Ministro Pinto Luz.

Aquilo que o Sr. Deputado não disse foi que esse adicional ao IMI para património de luxo… Eu sei que a noção de classe média está um bocadinho transfigurada no caso da Iniciativa Liberal, mas pergunte a qualquer pessoa da classe média se tem um VPT (valor patrimonial tributário) — não é o valor de mercado da casa, é o VPT, para efeitos de cálculo do IMI! — superior a 600 000 €. E depois diga-me se essa pessoa é da classe média. A pessoa vai dizer-lhe o óbvio, que não é da classe média. Por favor, não confundam a Quinta da Marinha com a vida da maior parte das pessoas deste País, que lutam para ter uma casa.

Já agora, deixo mais uma informação, Sr. Deputado: esse dinheiro financiou as pensões, a Segurança Social…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.ª Deputada Elza Pais.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo…

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, aguarde um pouco, é só 1 minuto.

Pedia aos Srs. Deputados que estão em pé o favor de se sentarem. E também a quem esteja em diálogos, pois há muitos diálogos, e é bom o diálogo, se for para chegar a consenso, mas, se for para impedir que se fale, é um bocado difícil ouvirmos, e não é respeitoso para quem está a falar. E a Sr.ª Deputada não tem de levantar a voz para se fazer ouvir.

Pausa.

Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Na altura em que assinalámos o sofrimento em silêncio de milhares de mulheres vítimas de violência, este ano já foram assassinadas 24, mais 5 do que no ano passado, e o ano ainda não terminou.

É também o momento —…

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

… — ouça, Sr.ª Deputada! — de falarmos de mulheres que sofrem mais do que todas as outras: mulheres com deficiência vítimas de violência. Muitas nem sequer conseguem identificar a violência de que são vítimas, porque vivem situações de dupla vitimação — são mulheres e, ao mesmo tempo, são pessoas com deficiência.

É preciso, por isso, um novo olhar para esta realidade: campanhas, formação específica, saber quantas são e o impacto da dupla vitimação nas suas vidas.

Protestos do CH.

Esta nossa proposta é para reforçar o combate à chaga da violência contra as mulheres, porque não queremos que o nosso silêncio seja cúmplice e porque queremos ser a voz dessas mulheres.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Presidente, a violência contra as mulheres não é uma inevitabilidade. Está nas nossas mãos, da Sr.ª Deputada, dos membros do Governo, de todos e de todas nós, combatê-la, com cidadania, com proteção e reforço da proteção destas mulheres, muitas que sofrem em silêncio. É este o compromisso coletivo que pretendemos desta Câmara.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra à Sr.ª Secretária de Estado da Administração Pública, que dispõe de 40 segundos, mais a tolerância.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Administração Pública** (Marisa Garrido): — Sr. Presidente, sobre a proposta que hoje já foi aqui feita, de revisão do estatuto remuneratório para a UNEF (Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras) da PSP…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Secretária de Estado, peço desculpa por interromper.

Srs. Deputados, peço desculpa, mas está a falar a Sr.ª Secretária de Estado. Sr. Deputado Paulo Núncio, Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, Sr. Deputado Rodrigo Taxa, está no uso da palavra a Sr.ª Secretária de Estado.

Burburinho na Sala.

Não está ainda no uso da palavra, mas vai estar.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Administração Pública**: — Sr. Presidente, vou, então, recomeçar.

Sobre uma proposta que já foi feita e que já foi mencionada no Plenário de atribuição do suplemento aos profissionais das forças de segurança da UNEF, gostaria apenas de informar, partilhar, que amanhã tem início o processo negocial com os sindicatos e associações socioprofissionais dos profissionais das forças de segurança.

Partimos para este processo com boa perspetiva e tendo em conta que, nesta altura, desde que iniciámos todo o processo de valorização das carreiras e dos trabalhadores da Administração Pública, já conseguimos 27 acordos para 21 carreiras especiais.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Rangel, que dispõe de 27 segundos porque houve cedências de tempo.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, na sequência da intervenção do Deputado Pedro Pinto, que referiu que votou a favor, os registos que temos na Assembleia é de que votou contra. Portanto, ainda bem que a Iniciativa Liberal fez a avocação desta proposta, porque agora o Chega tem a oportunidade de esclarecer a sua posição relativamente ao «imposto Mortágua».

Quanto à intervenção da Deputada Mariana Mortágua, basicamente o que está a dizer é que a classe média está hoje reduzida a um T0 ou um T1 em Lisboa, o que não é de todo a nossa visão.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Como disse na minha intervenção, são cada vez mais as pessoas abrangidas por este imposto, que é um imposto direcionado, um ataque à propriedade privada e à classe média, como sempre.

Aplausos da IL.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, dado que há aqui um registo…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, deve ser o registo dos serviços, mas na plataforma da Assembleia da República está que o Chega votou a favor. Tenho a certeza absoluta de que o Chega votou a favor e vai voltar a votar a favor hoje. Portanto, aqui não há nenhuma mudança de voto nem de sentido de voto. O Chega é coerente com as suas propostas.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza pede ao Presidente da Assembleia que faça distribuir precisamente a referência do registo, e assim será feito.

Vamos passar à votação das normas avocadas, o segundo ponto da ordem do dia.

Pedia aos Srs. Deputados para fazerem o favor de se registarem e peço também aos serviços para abrirem o sistema para o efeito. «Abrir o sistema» é uma expressão sujeita a muitas interpretações, mas a que vale é a do Presidente da Assembleia, nos temos regimentais, sempre com recurso para o Plenário, como é óbvio.

Pausa.

Se algum Sr. Deputado ou Sr.ª Deputada não tiver conseguido registar-se, peço que anunciem o vosso nome.

A Sr.ª **Maria José Aguiar** (CH): — Maria José Aguiar.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Rui Tavares.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Jorge Pinto.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Filipa Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, o Livre sentou-se na primeira fila!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ao menos, não é na segunda fila! Escusavam de ter ouvido esta!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Já te passou a gripe!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares e contraprotestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — O que é que foi? Já foste humilhado, pá!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos lá.

Vamos dar como encerrado o registo para vermos se temos quórum.

Continuação de protestos do Deputado do L Rui Tavares e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, nós não estamos em nenhum debate televisivo. Estamos no Plenário da Assembleia e, portanto, temos a obrigação de ter um registo de urbanidade. Apelo aos Srs. Deputados para não confundirem o Hemiciclo com outras coisas que são muito dignas, mas que não são um Hemiciclo.

Estão presentes 215 Deputados, pelo que estamos em condições de passar às votações.

Burburinho na Sala.

Srs. Deputados! Vamos lá, Srs. Deputados!

Começamos com o artigo 7.º — Transferências orçamentais, e vamos votar a proposta 1830-C, do PS, que adita uma verba 107 ao mapa de alterações e transferências orçamentais.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Passamos à votação da proposta 112-C, do Chega, que adita um artigo 136.º-A (Suplemento especial de serviço de estrangeiros, fronteiras e segurança aeroportuária).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD e do CDS-PP, os votos a favor do CH, do PAN e do JPP e as abstenções do PS, da IL, do L, do PCP e do BE.

Segue-se a votação da proposta 211-C, do Chega, que adita um artigo 136.º-A (Reforço da dotação orçamental do Tribunal Constitucional, Entidade das Contas e Partidos Políticos e Entidade para a Transparência).

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções da IL, do L e do PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Até o PCP se abstém para o Tribunal Constitucional!

O Sr. **Presidente**: — Agora, passamos à votação da proposta 1453-C1, do PS, na parte em que adita um artigo 136.º-A (Alteração ao Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do L, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do PS, da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PCP.

De seguida, vamos votar a proposta 1491-C, do PS, que adita um artigo 136.º-A (Isenções de portagens).

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP.

Vamos proceder à votação da proposta 1552-C, do Chega, que adita um artigo 136.º-A (Abolição gradual do pagamento de portagens).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do CH e do JPP e as abstenções do L, do PCP, do BE e do PAN.

Seguimos agora para a votação da proposta 1809-C, do Chega, que adita um artigo 136.º-A (Alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do PAN, o voto a favor do CH e a abstenção do JPP.

Vamos votar a proposta 1453-C2, do PS, na parte em que adita um artigo 136.º-B (Aditamento ao Regime Jurídico dos Jogos e Apostas Online).

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do L, do CDS-PP e do BE, os votos a favor do PS, da IL, do PAN e do JPP e as abstenções do CH e do PCP.

Passamos ao artigo 137.º — Prorrogação de efeitos, e vamos votar a proposta 1901-C, do PSD e do CDS-PP, que adita um n.º 4 ao artigo referido.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do CDS-PP, do BE e do JPP e a abstenção do PAN.

Segue-se o artigo 138.º — Norma revogatória, e vamos votar a proposta 35-C, da Iniciativa Liberal, que adita uma alínea *c*) a este artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE e do PAN, os votos a favor do CH, da IL e do PCP e as abstenções do CDS-PP e do JPP.

Finalmente, votamos a proposta 230-C, da Iniciativa Liberal, que adita uma alínea *c*) ao mesmo artigo.

Submetida à votação, foi rejeitada, com os votos contra do PSD, os votos a favor do CH, da IL, do L, do BE e do JPP e as abstenções do PS, do PCP, do CDS-PP e do PAN.

Com esta votação, termina o segundo ponto da agenda. Vamos entrar no terceiro ponto…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço desculpa, estava a fazer sinal à Mesa…

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — É que, na verdade, na proposta de alteração 35-C, votei duas vezes, porque achei que já estávamos na 230-C.
Na proposta 35-C, o sentido de voto do PAN é contra, não é abstenção. A abstenção é na 230-C.

O Sr. **Presidente**: — Fica o registo.

O Sr. **José Dotti** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **José Dotti** (CH): — É para informar a Mesa de que não consegui registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado.
A Sr.ª Isabel Mendes Lopes pediu a palavra, faça favor.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, nem eu nem a Sr.ª Deputada Filipa Pinto estamos registadas no sistema, pelo que queria deixar o nosso registo.

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas foi feita a respetiva indicação junto dos serviços.
Mais ninguém?

Pausa.

Vamos então entrar no terceiro ponto da ordem de trabalhos, que consiste no encerramento do debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026.
Vamos fazer uma pausa para dar tempo às alterações nas várias bancadas, relativamente aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo.

Pausa.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo.
A Sr.ª Deputada Elza Pais pediu a palavra, faça favor.

A Sr.ª **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, peço imensa desculpa, mas não me consegui registar.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, fica a indicação para os serviços do seu registo.

Pedia aos Srs. Deputados e às Sr.as Deputadas o favor de retomarem os seus lugares, para que possa dar a palavra para a primeira intervenção. Peço a quem está em pé o favor de se sentar.

Tem a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que dispõe de 3 minutos para a intervenção de encerramento.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Chegados ao fim desta discussão, fico com a mesma sensação com que entrei neste debate, a de que, para este Governo, as regiões autónomas continuam a ser tratadas como uma nota de rodapé e um apêndice incómodo no corpo do Estado que só serve para preencher espaço nos documentos oficiais.

O Orçamento do Estado para 2026 poderia ter sido uma oportunidade para corrigir injustiças, assumir responsabilidades e demonstrar que o País é, de facto, uno, respeitando as suas especificidades e garantindo igualdade aos seus cidadãos, independentemente do código postal onde nasceram. Mas não, este Governo preferiu manter tudo na mesma, assegurando apenas os mínimos garantidos naquilo que é a função essencial do Estado. Foi quase um mendigar, que é de bradar os céus.

Nada mais foi conseguido: nada de visão, nada de ambição, nada de justiça territorial. É por isso que o JPP votará contra, na medida em que a mobilidade aérea e marítima continua a ser o grande muro que separa os insulares do resto do País.

Não há outra forma de dizer isto: os madeirenses e os açorianos continuarão a pagar, do bolso e na qualidade de vida, aquilo que o Estado deveria assegurar; continuarão a suportar custos que não são um problema das ilhas, mas sim responsabilidade do País inteiro; e continuarão a ser penalizados por este Governo, que insiste em olhar para a mobilidade como um luxo e não como um direito fundamental num Estado que se diz coeso.

Este Orçamento não corrige esta injustiça, pelo contrário, prolonga-a. Prolonga-a porque, mais uma vez, este Governo recusa assumir que a mobilidade é a chave da igualdade. Sem mobilidade, não há verdadeira continuidade territorial, sem mobilidade não há igualdade de oportunidades, sem mobilidade não há respeito pelos portugueses que vivem nas regiões autónomas.

A verdade é simples: este Governo falha com as regiões autónomas porque não quer fazer diferente. E quando não se quer não se faz, não se investe na mobilidade, não se corrige o subfinanciamento estrutural, não se corrige o contributo das regiões para o País, não se respeita as autonomias; simplesmente, tolera-se, na melhor das hipóteses. Por isso, e porque o JPP não abdica da defesa da Madeira, porque não aceitamos migalhas nem favores travestidos de medidas orçamentais, votaremos contra este Orçamento do Estado.

Votaremos contra, porque os madeirenses e os açorianos merecem mais. Votaremos contra, porque a autonomia não se defende com cedências nem com subserviência. Votaremos contra, porque não estamos aqui para dizer amém ao centralismo, mas para exigir respeito, equidade e justiça. E votaremos contra, acima de tudo, porque não aceitamos que o Governo continue a fingir que defende a coesão territorial, enquanto ignora deliberadamente os problemas estruturais das regiões autónomas.

Não obstante esta posição, o JPP continuará, como sempre, a dar voz a quem o Estado teima em não ouvir. Continuaremos a construir, e não a destruir.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.mo Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, demais membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Cidadãos, nas galerias, que nos acompanham: Chegamos, hoje, ao fim de um processo de especialidade, atribulado em algumas propostas, mas em que o PAN sempre manteve uma postura construtiva, apresentando propostas prioritárias, algumas delas aprovadas e que passam, assim, a integrar este Orçamento do Estado.

Porque é importante dizê-lo, conquistámos avanços reais. Avançámos, mantendo, durante o ano de 2026, o IVA zero para a aquisição de ração por parte das associações zoófilas; assegurámos a manutenção dos planos plurianuais de bem-estar animal e reforçámos a transparência na atribuição destas verbas, em particular nas taxas de licenciamento.

Na habitação, conseguimos verbas para o alargamento do Porta 65+ às vítimas de violência doméstica, um dos maiores flagelos do nosso País, e para respostas de acolhimento de pessoas em situação de sem-abrigo, incluindo projetos de *housing first*.

Na saúde, conseguimos a criação de um código deontológico para técnicos auxiliares, a comparticipação das vacinas antialérgicas, medidas de proteção para as crianças e jovens com cancro e programas de literacia em saúde.

Nos direitos das mulheres, que alguns tanto querem fazer retroceder, conseguimos criar mecanismos essenciais, tais como: a distribuição dos *kits* de emergência para as vítimas de violação ou abuso sexual, a melhoria do Portal da Queixa para as vítimas de violência doméstica e, ainda, o alargamento do rastreio do cancro da mama e o reforço de projetos contra a mutilação genital feminina.

Conseguimos também reforçar os meios de combate à corrupção, garantindo que os funcionários públicos terão mais formação e prevenção nesta matéria.

Tudo isto são conquistas que não existiriam sem o PAN, mas um Orçamento não se mede apenas pelo que acrescenta, mede-se também pelo que falha, pelo que destrói e pelo que não dá resposta às pessoas e ao País. E o que vemos neste documento é um conjunto de retrocessos profundos que não foram revertidos na especialidade.

No bem-estar animal, apesar das vitórias do PAN, o Governo cedeu ao lóbi da caça ao reduzir o IVA para a carne de caça,…

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — A seguir são as touradas, querem ver?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … enquanto continua a impor uma taxa máxima de IVA nos cuidados médico-veterinários e a não investir nos centros de recuperação dos animais selvagens, estando assim a oprimir aquele que deveria ser um papel central nas políticas de bem-estar animal, ainda mais em relação a lidar com animais comunitários, matilhas, desacorrentamento, entre outras matérias.

O Governo recusa também, com a abstenção incompreensível do Partido Socialista, garantir que as vítimas de violência doméstica possam manter consigo os animais nas casas-abrigo.

No ambiente, o cenário é ainda pior: subsídios às grandes poluidoras, que sobem mais de 100 %; e o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) com cortes absolutamente incompreensíveis.

Mesmo na habitação, vimos cortes brutais no investimento público, quando continuamos a ter borlas fiscais para os residentes não habituais, que custam quase mais de 2 mil milhões de euros ao País, isto, enquanto as famílias vivem cada vez mais sufocadas pelas despesas com a habitação.

As próprias famílias têm escalões de IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) abaixo do valor da atualização dos salários, e um corte de 10 % na saúde.

Sr.as e Srs. Deputados, o PAN procurou construir avanços importantes, mas não podemos ignorar que este Orçamento continua a dar ao País muito pouco, aliás, poucochinho, naquilo que diz respeito aos seus direitos. É por essa razão que o PAN vai votar contra este Orçamento, porque não houve abertura suficiente nem diálogo por parte das bancadas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aprovei-lhe ontem duas propostas que dizia essenciais e vota contra?! Nunca mais lhe dou uma abébia! Foi para me enganar!…

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A história deste Orçamento do Estado estava escrita, mas não tinha de ser assim. O PS podia não ter aceitado, à partida, a chantagem de um Governo sem maioria, que usa a ameaça da dissolução da Assembleia da República como salvo-conduto para impor a sua política. Num tempo em que não se afiguram maiorias estáveis e óbvias, este entorse democrático é insuportável.

Mas, mesmo com a abstenção violenta anunciada pelo Partido Socialista, a história deste Orçamento não estava derradeiramente escrita. Havia ainda as pensões e a possibilidade de um aumento extraordinário para pensionistas com menores rendimentos; havia também o descontentamento generalizado com o valor irrisório do aumento do subsídio de refeição e o debate em torno do peso excessivo dos impostos indiretos, como o IVA, que todos dizem querer baixar, ou das insuficiências do SNS; e havia ainda uma *chance*, por pequenina que fosse, de que os partidos aqui representados se encontrassem pressionados pela vergonha de cortarem duplamente os impostos aos bancos, enquanto o povo luta para pagar a prestação da sua casa e é esmifrado por taxas e comissões bancárias.

Mas nada disto aconteceu. O Orçamento do Governo em minoria deslizou pela especialidade, pela mão de uma maioria silenciosa que coordenou todos os seus esforços para garantir que tudo ficava na mesma.

Tudo não passou de um jogo de espelhos: o PS é contra a baixa do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), mas viabiliza o orçamento que baixa o IRC; o Chega quer aumentar pensões, enquanto inviabiliza propostas que aumentam as pensões;…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, não!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — … o PSD demoniza os alegados «cavaleiros» para esvaziar o debate orçamental, enquanto passa o debate orçamental a falar sobre imigração, que nada tem a ver com o Orçamento.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Bem lembrado!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Assim, a história deste Orçamento não será marcada pelo seu conteúdo, não será marcada pela avaliação que cada partido faz do documento, e nem sequer pelas propostas que apresentaram e votaram ao longo destes dias. A história deste Orçamento é a história de três partidos a gerirem os tempos do poder, e é isto que acontece quando o debate mais importante sobre o futuro do País se faz sob o signo e a ameaça da crise política.

Rejeitamos a fatalidade deste destino. O Bloco de Esquerda votou favoravelmente todas as propostas que respeitam e melhoram a vida das pessoas — no acesso à habitação, aos hospitais, ao SNS, na melhoria dos salários, na justiça fiscal —, vindas de que partido viessem. Apresentámos todas as propostas que quisemos apresentar e que quisemos que os outros partidos aprovassem.

No final das contas, só podemos votar contra este Orçamento. O seu conteúdo é mau para Portugal, o processo e a forma como chegámos até aqui é uma farsa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: No final do debate deste Orçamento, a pergunta que temos de responder é muito simples. Porque é que este Orçamento deve ser aprovado? Em primeiro lugar, porque, em 2026, Portugal tem de crescer e criar riqueza, e por isso este Orçamento põe a economia a crescer bem acima da média europeia, a crescer mais do que a maioria dos países da coesão, países com os quais nos temos de comparar.

Em segundo lugar, porque, em 2026, Portugal tem de reduzir impostos, e por isso este Orçamento reflete uma redução de IRS para todas as famílias, uma redução de IRC para todas as empresas e uma redução de impostos especiais sobre o consumo para todos os consumidores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em 20 meses, já reduzimos 3,8 mil milhões de euros de impostos, e ainda agora começámos.

Em terceiro lugar, porque, em 2026, Portugal tem de aumentar os salários, e por isso este Orçamento prevê a subida do salário mínimo e, acima de tudo, o aumento do salário médio através de incentivos fiscais à produtividade, em conformidade com o acordado na concertação social.

Em quarto lugar, porque, em 2026, Portugal tem de aumentar as pensões,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Então porque não aumenta?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e por isso este Orçamento aumenta todas as pensões, e aumenta novamente o complemento solidário para idosos, para os pensionistas mais carenciados.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Em quinto lugar, porque, em 2026, Portugal tem de reforçar a defesa nacional, e este Orçamento inclui o maior investimento em defesa nacional na história da democracia portuguesa, reforçando o prestígio das nossas Forças Armadas e o compromisso com os nossos aliados.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em sexto lugar, porque, em 2026, Portugal tem de ter um novo excedente orçamental, e este Orçamento aponta para um excedente pelo terceiro ano consecutivo — o que era exceção para outros é regra para os Governos da AD!

Finalmente, em sétimo lugar, porque, em 2026, Portugal tem de reduzir a dívida pública, e este Orçamento reduz a dívida pública para um nível inferior a 90 % do PIB (produto interno bruto), pela primeira vez desde 2009, dois anos antes da grande bancarrota socialista de José Sócrates.

Sr.as e Srs. Deputados, um Orçamento que põe a economia a crescer, que reduz impostos, que aumenta salários e pensões, que mantém as contas públicas equilibradas e que reforça a nossa defesa nacional é um bom Orçamento, em Portugal e em qualquer parte do mundo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, sendo um bom Orçamento, na discussão da especialidade foi possível melhorar alguns aspetos. Primeiro, foi possível reforçar a sua dimensão solidária. Por proposta do CDS e do PSD, este Orçamento aumentou os apoios aos pais com filhos com cancro, com doenças crónicas ou com deficiência. Esta é uma medida na área social que marca decisivamente este Orçamento.

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar a Acreditar,…

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH, do PS, da IL, do L e do PCP.

… Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro, que está aqui hoje, na galeria, a acompanhar os nossos trabalhos.

Com esta proposta — e para usar uma expressão vossa —, espero que possam sentir deste Parlamento, de todo este Parlamento, a certeza do nosso apoio num momento de incerteza. Muito obrigado pela vossa presença.

Aplausos gerais.

Em segundo lugar, foi possível reforçar a proteção dos pensionistas. Por proposta do CDS e do PSD, assumimos um novo compromisso com os pensionistas: pagaremos o novo suplemento extraordinário de pensões, em 2026, se as condições do País assim o permitirem. É assim que se faz política social, com responsabilidade e sem loucuras orçamentais.

Em terceiro, foi possível valorizar o mundo rural. Por proposta do CDS e do PSD, vamos descer o IVA da caça para 6 %, e vamos, desta forma, acabar com uma discriminação fiscal absolutamente inaceitável e promover a atividade económica do interior.

Protestos do Deputado do CH Rui Cardoso.

Mas, se descemos o IVA da caça, também vamos descer o IVA da casa. Em 2026, vamos baixar o IVA da casa para 6 %, para os projetos que tenham sido iniciados depois do anúncio do Governo, ou seja, depois de 1 de outubro de 2025.

Assim, em 2026, além da redução do IRS e do IRC, vamos reduzir também o IVA, da caça e da casa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.as e Srs. Deputados, mas a discussão na especialidade também introduziu alguns riscos adicionais. O Governo e esta maioria saem deste Parlamento com um Orçamento diferente daquele que propuseram. E porquê? Porque, mais uma vez, lembrando o mau padrão da anterior legislatura, a esquerda e o Chega uniram-se para aprovar medidas irresponsáveis que vão aumentar a despesa pública.

Protestos de Deputados do PS.

Para o Chega, como se viu, tanto vale tirar o cravo como aprovar a ferradura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do PCP.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Aí está um Orçamento às ordens de Bruxelas e ao serviço dos grupos económicos e das multinacionais,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Risos do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … os tais para quem nunca há preocupação com o equilíbrio das contas públicas, ou com o *déficit*, ou com os excedentes orçamentais. Todo esse choradinho só vale quando é para aumentar salários, reformas e pensões, quando é para valorizar o subsídio de refeição, as carreiras, as profissões ou os serviços públicos; só vale para negar meios ao Serviço Nacional de Saúde e à escola pública, para pôr fim às propinas ou reduzir o IVA dos bens essenciais e de primeira necessidade.

Foi este o filme do Orçamento, com as carpideiras do sistema a derramarem lágrimas de crocodilo sobre as propostas do PCP. Choraram e votaram contra o aumento das reformas e pensões; choraram e votaram contra a contratação de médicos, enfermeiros, psicólogos e outros técnicos, professores, auxiliares, polícias e outros profissionais em falta; choraram e votaram contra a redução do IVA no gás, na eletricidade, nas telecomunicações, nos bens alimentares, e votaram contra a fixação do valor do gás de botija.

Lá assistimos à choradeira habitual sobre a habitação e ao habitual voto contra qualquer medida que pusesse em causa os lucros recordes da banca.

Para a rede pública de creches, nada! Sobre lares e equipamentos para idosos, isso nem pensar! «Não pode ser, não há dinheiro! Ai, ai, as contas públicas, cuidado com o défice, propostas irresponsáveis que rebentavam com o Orçamento e, quiçá, com o mundo.» Foi isto que ouvimos, e é isto que vamos ouvir ainda hoje, durante a manhã.

No meio de tanta choradeira, não houve uma lágrima, não houve um suspiro, não houve um lamento que fosse sobre os milhões e milhões de euros que o Orçamento do Estado transfere diretamente para os cofres dos grupos económicos e das multinacionais.

Risos do CH.

Para isso, há tudo: é a descida do IRC, são os benefícios fiscais aos grupos económicos e residentes não habituais, são as isenções, são os perdões, são mais parcerias público-privadas e mais negociatas, é mais

transferência de recursos públicos, desde logo para aqueles que fazem da doença um negócio. Para esses, há tudo! Para quem trabalha, para quem trabalhou uma vida inteira, para os jovens, sobram a propaganda, as promessas, a emigração e a vida apertada.

Sr. Primeiro-Ministro, o Orçamento é uma peça do *puzzle* de um plano mais amplo, de uma política de injustiça, de desigualdade e de ataque à soberania, de desmantelamento do Serviço Nacional de Saúde, de assalto à Segurança Social, de privatizações — esses crimes económicos, com a corrupção que lhes está associada —, de entrega da habitação à especulação e de aumento do custo de vida.

Sabemos bem que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo estão com a pressa toda e que são muitos os compromissos da sua política com aqueles que se acham donos disto tudo. E sabemos bem que o Sr. Primeiro-Ministro também sabe que é preciso concretizar esses compromissos antes que a realidade se imponha perante a demagogia e perante a propaganda.

Na gestão deste seu plano no Orçamento conta com a ajuda do PS, mas no golpe dos golpes, no golpe do pacote laboral, aí estão Chega e Iniciativa Liberal prontos e entusiasmados para lhe darem a mão. De mãos dadas, querem, desde logo para os jovens e para as mulheres, apertar ainda mais quem já hoje enfrenta a instabilidade, sem tempo para viver, sem tempo para a família, com salários cada vez mais curtos face ao aumento do custo de vida. Querem ainda mais contratos a prazo, ainda mais falsos recibos verdes, ainda mais precariedade, ainda mais desregulação dos horários e da vida — como se hoje já fosse pouca —, querem trabalho à borla e querem despedir sem justa causa.

O PSD, o CDS, o Chega «de direitos para quem trabalha» e a Iniciativa «patronal» são porta-vozes da minoria que quer explorar ainda mais a maioria que trabalha. Mas podem ter a certeza de que essa maioria — os que produzem, os que criam a riqueza, os que põem o País a funcionar — vai derrotar, mas vai mesmo derrotar o vosso pacote laboral.

Hoje vai ser votado o Orçamento do Estado e o PSD e o CDS vão levantar-se e de forma efusiva bater palmas, muitas palmas. O PS não aplaude, mas não se livra de ter apoiado o Orçamento e a política que lhe dá expressão. O Chega e a Iniciativa Liberal vão sorrir com o sentido de dever cumprido…

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — Sorrir é bom sinal!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … e com uma imensa gratidão ao Partido Socialista por poderem votar contra um Orçamento com o qual estão profundamente de acordo.

Depois temos o PCP, que lhe faz frente e que se apresenta não só como uma alternativa, mas como uma solução para aquilo que se impõe à vida da maioria: a ruptura com esse caminho prosseguido há 50 anos, pelas mãos do PSD, do CDS, do PS e por todos…

Vozes do CH: — Oh!…

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — … aqueles que lá estavam e que agora se encontram nas bancadas do Chega e da Iniciativa Liberal, entre outros.

Este é um Orçamento e uma política de novembro ao serviço da minoria. O que faz falta não é um orçamento de novembro, mas, sim, um orçamento e uma política de abril, de direitos, de desenvolvimento e de democracia, um orçamento e uma política ao serviço daqueles que cá vivem e cá trabalham, ao serviço de quem trabalhou uma vida inteira, ao serviço da juventude e do País.

É este o grande combate pela esperança que aí está, é este o grande combate pela esperança que os trabalhadores e o povo têm pela frente e para o qual contam com o PCP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Caros Concidadãos nas galerias: É uma oportunidade perdida que, no momento em que temos a confluência de um excedente orçamental com uma configuração parlamentar que deveria conduzir a um diálogo mais intenso e

mais construtivo nesta Casa, acabemos a ter um processo orçamental que esvaziou o Parlamento das suas competências exclusivas, segundo a Constituição, em termos de determinação das políticas orçamentais.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — É verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Isso tem a ver com o desperdiçar de uma oportunidade e de um desafio que foi lançado, desde logo, pelo Livre, ainda no tempo da maioria absoluta de António Costa.

Agora, depois dos sacrifícios feitos por todos nós — que permitiram ao Estado português apresentar-se com excedentes que nos obrigam, no processo orçamental normal pactuado dentro da União Europeia, a ter um Semestre Europeu no qual apresentamos o nosso Plano de Estabilidade e Crescimento todos os anos a Bruxelas —, seria importante que houvesse, previamente ao Orçamento, a discussão no Parlamento de um compromisso de equidade e de investimento que determinasse os grandes itens de utilização do excedente para: a dívida pública, certamente também; acorrer à emergência social; fazer uma reforma fiscal progressiva. E que esse pudesse ser um momento de um encontro de opiniões profícuo entre Governo e Parlamento.

Passou a maioria absoluta, mas a sobranceria continua a mesma de António Costa para Luís Montenegro. E Luís Montenegro, apesar desse desafio lhe ter sido lançado já no anterior Governo e também neste, desperdiça-o tal como vai desperdiçar o excedente.

O PSD e o CDS podem queixar-se de muita coisa em relação aos Governos anteriores — algumas delas com razão —, mas de uma não se podem queixar: quando lhes foram entregues as chaves do carro, o tanque estava cheio…

Vozes do PSD: — Cheio? De quê?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … e o que acontece é que se apresentam aqui, depois de terem andado por onde quiseram,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Cheio?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não sei, Sr. Deputado Alexandre Poço, onde é que andaram toda a noite com o carro, o facto é que gastaram o que quiseram gastar com aqueles que já eram mais beneficiados, ajudaram aqueles que são mais parecidos convosco e com os vossos patrões, e depois apresentam-se aqui e dizem: cuidado, o carro está na reserva, não dá para levar os miúdos à creche.

Aplausos da IL.

Basicamente, isto é o equivalente ao que o PSD e o CDS fazem: gastam no IRS Jovem, no IRC, nos grandes proprietários, nos residentes não habituais, nos vistos *gold*, e depois não sobra nada, nadinha, para as coisas, algumas delas as mais evidentes.

Assim, acabam aqui chumbadas coisas como: formação em direitos humanos; reforço na divulgação de dados estatísticos; projeto-piloto saúde materna mais próxima. Mas estas propostas não foram chumbadas só pelo PSD e pelo CDS, foram chumbadas também — e isso é que entristece — pelo PS, com as suas abstenções.

Feliz é o Governo que tem uma estabilidade assegurada por duas muletas — e esta não é minha, é da Deputada Mariana Mortágua. Não tenho rendimentos suficientes para lhe pagar o imposto, mas pagar-lhe-ei direitos de autor mais tarde —, muletas essas que são as do PS e as do Chega, mas, no caso do PS, com uma agravante: é que estas abstenções que inviabilizam medidas que são da mais pura justiça permitem ao Chega e à IL fazer de conta que votam contra medidas com as quais estão de acordo. Isto chega a cúmulos extraordinários como votarem contra medidas que começaram por ser aprovadas nos vossos Governos e que chegaram ao ponto de termos instituições aprovadas.

Dou um exemplo que me parece que é chocante para uma parte da nossa população, mas que deveria ser chocante para todos. Criámos, finalmente, depois da insistência de anos do Livre, um instituto para a

preservação da língua mirandesa. Agora, vão ser nomeadas as pessoas que fazem parte dele, mas chumbámos o seu orçamento, pelo que essas pessoas não vão ter dinheiro para trabalhar. Foram chumbados os míseros 500 000 € que estavam consignados a esse instituto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ou seja, os partidos que estiveram no Governo, que tutelaram a Autoridade Tributária e Aduaneira e que não cobraram os impostos que eram devidos do IMI das barragens das terras de Miranda, não conseguem sequer dar aquilo que seria uma ínfima proporção desse dinheiro que vem das terras de Miranda, para que os mirandeses possam preservar um legado linguístico, um tesouro que sobreviveu durante um milénio, que pode servir ao desenvolvimento económico daquela região e que pode servir a que o nosso País seja mais equilibrado.

Aplausos do L.

É verdadeiramente vergonhoso!

Que os nossos concidadãos das terras de Miranda saibam que foram o PSD e o CDS que votaram contra e que o PS, abstendo-se, inviabilizou esta medida!

Podem dizer-me: bem, estás a falar aí da língua mirandesa, que diz respeito a uma pequena porção do nosso País — é verdade — que produz desproporcionadamente em energia e em rendimento para o resto do País e que não tem aquilo que é devido; fala de qualquer coisa que diga respeito a todos, sem exceção, a todos os portugueses.

Pois bem, voltando ao início, explicarei para que serviria esse compromisso de equidade de investimento: serviria, entre outras coisas, para baixar impostos, aqueles impostos onde os portugueses pagam — aí, sim! — mais do que a média europeia e a média do OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), mas de que a Iniciativa Liberal, o PSD e o CDS pouco falam porque sabem usar a desculpa da carga fiscal para beneficiar os mais beneficiados, mas não falam da descida do IVA.

A descida do IVA, que nem a geringonça reverteu quando reverteu outras medidas da troica — porque esta é pré-troica, é do Engenheiro José Sócrates e é de 2011 —,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Essa é que é essa!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … nem os partidos que estão sempre a falar do Engenheiro José Sócrates se lembraram que essa era uma infâmia que deveria terminar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas baixámos o IVA da caça.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Os senhores podem falar do IVA da caça, ou do IVA da casa, ou até de qualquer outro IVA pequenino, poucochinho, mas o que é preciso é baixar o IVA de 23 % para 21 % e fazê-lo gradualmente ao longo de 4 anos. Mas essa foi a oportunidade perdida.

Aplausos da IL.

Sr. Deputado Paulo Núncio, sabe quem é que não dorme descansado? O Sr. Deputado Paulo Núncio dizia que os portugueses podem dormir descansados com este Orçamento. Talvez, se se for CEO (Chief Executive Officer) da Galp. Quem não dorme descansado é quem, por acaso, teve de pagar um arranjo do carro ou um desentupimento de canos em casa, que paga a 23 %, e isso, naquelas centenas de euros, é o suficiente para não saber como é que vai acabar este mês e como é que vai iniciar o próximo.

Aplausos da IL.

Aqueles que têm livros de escola a 6 %, mas têm de pagar a mochila do miúdo a 23 %.

Desses impostos, que aguentam mais de 50 % a máquina do Estado e que são justificados por manterem os portugueses em anestesia fiscal — porque quem paga o imposto indireto não se apercebe que está a aguentar a máquina do Estado —, é preciso dizer que, naquilo que depender do Livre, acabou-se a anestesia.

É preciso que as pessoas saibam que os trabalhadores estão a aguentar o excedente da Segurança Social, que é o que permite apresentar contas bonitas em Bruxelas, e os consumidores estão a aguentar a administração central, que vocês têm deficitária.

Eis a novidade: os trabalhadores e os consumidores são as mesmas pessoas, são os mesmos desgraçados que estão a aguentar isto e são aqueles em quem vocês não pensam e de quem não se lembram depois de se terem lembrado de todos aqueles que são parecidos convosco e com os vossos patrões.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados: Aquele que devia ser um debate sobre o futuro transformou-se num espetáculo de autoelogio do Governo.

O Governo, pela mão do Ministro das Finanças, tentou expulsar a política do Orçamento. Ao fazê-lo, expulsou também a visão, a ambição e qualquer espírito reformista. O resultado é um Orçamento cada vez mais técnico na forma, mas cada vez mais distante da realidade dura em que os portugueses vivem.

O Sr. Primeiro-Ministro repetiu no debate do estado da Nação e nas suas intervenções seguintes que Portugal está melhor, que a vida dos portugueses está melhor, porque o PIB cresce acima da média europeia, o desemprego está baixo e a dívida desce.

Mas estas estatísticas, Sr. Primeiro-Ministro, apenas revelam a história que os senhores querem contar. Lá fora, no mundo real, nas casas, nas filas do SNS (Serviço Nacional de Saúde), nas urgências encerradas, nos salários que não chegam até ao fim do mês, nas rendas impossíveis, nas escolas sem professores, nas empresas que não conseguem crescer, aquilo que as pessoas sentem é outra coisa: nem o País está melhor, nem a vida dos portugueses está melhor.

Quando o suposto crescimento económico não se traduz em melhores salários, em mais oportunidades, em menos carga fiscal, em mais investimento, então não é crescimento é estatística.

Quando o desemprego é baixo porque o potencial de trabalho do País está a ir embora, isso não é sinal de força é sinal de fraqueza.

Quando a dívida desce porque o Estado está a arrecadar mais do que nunca e não porque crescemos acima do nosso potencial, isso não é mérito orçamental é um círculo vicioso de um Estado cada vez mais dependente, caro e ineficiente.

Sr. Primeiro-Ministro, quando o senhor era líder parlamentar, disse: «O País está melhor, os portugueses é que não». Hoje, como Primeiro-Ministro, mudou ligeiramente as palavras, mas não mudou a lógica. O País supostamente vai bem, porque as estatísticas sorriem, mesmo que os portugueses continuem a viver com dificuldades. Esse é o erro político e moral deste Orçamento: tratar as pessoas como nota de rodapé das estatísticas. A verdade é que não há País melhor com portugueses que estão pior.

Tudo isto tem um nome: falta de coragem. Falta de coragem para mexer a sério na despesa do Estado; falta de coragem para cortar privilégios instalados; falta de coragem para simplificar leis, licenças, autorizações, pareceres que atrasam o investimento e matam oportunidades; falta de coragem para dizer aos portugueses que não há milagres e, ou reformamos o Estado ou continuaremos a ter salários de país pobre com impostos de país rico.

O Sr. Primeiro-Ministro prefere proteger o sistema que conhece, os interesses que o rodeiam, os equilíbrios partidários que o mantêm no poder. Prefere ganhar a curto prazo do que mudar o País a sério.

Eu, Sr. Primeiro-Ministro, não. Prefiro perder a defender aquilo que é certo do que ganhar a defender o que é errado, e é exatamente por isso que a Iniciativa Liberal incomoda tanto este Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ui!…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Incomodamos porque dizemos a verdade, incomodamos porque sabemos o que tem de ser feito, incomodamos porque não embrulhamos o País em propaganda, não sacrificamos a honestidade a ganhos de curto prazo, não cedemos à tentação do cálculo eleitoral.

É por isso que nos tentam colar a um radicalismo imaginário, para mascarar aquilo que é impossível esconder: a vossa falta de coragem e a vossa falta de respostas para o País.

Vozes do PSD: — Não é verdade!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Primeiro-Ministro, se há algo que esta legislatura já deixou claro é que a coragem não mora em São Bento, mora nas pessoas que todos os dias lutam para viver num país em que o Estado lhes dificulta a vida. A Iniciativa Liberal está aqui por elas.

Este Orçamento não é o futuro, é a continuação do passado. Este Orçamento volta a bater recordes. A despesa do Estado cresce todos os anos, cresce em todas as áreas, cresce sem critério, sem avaliação e sem resultados, cresce apesar de os serviços públicos estarem a piorar ano após ano.

O Governo pede sempre mais recursos, mais tempo, mais paciência, mas nunca entrega aquilo que devia: mais eficiência, mais qualidade, mais liberdade.

Em 2026, serão 140 mil milhões de euros a sair diretamente do bolso e do trabalho dos portugueses para alimentar esta máquina ineficiente que é o Estado, uma máquina que devora mais de 40 % de tudo o que o País produz e que, ainda assim, falha em cumprir o mais básico: servir quem a financia.

É o pecado mortal da gula aplicado às contas públicas: um Estado que come cada vez mais, que se alimenta de mais impostos e mais contribuições, mas que nunca está satisfeito. E, pior, que não transforma este banquete em serviços públicos dignos. Essa gula tem um preço, um preço pago por quem menos tem culpa: os portugueses. Só nos últimos dois anos, a despesa do Estado aumentou 17 mil milhões de euros — repito, 17 mil milhões de euros!

E há algo que não pode nunca ser esquecido, Sr. Primeiro-Ministro: o dinheiro do Estado é fruto do trabalho dos portugueses, de quem trabalha todos os dias, de quem investe, de quem cria oportunidades, de quem paga impostos em cada salário e em cada fatura.

Esse esforço gigantesco merecia um Estado que tratasse melhor quem paga tanto de impostos. Mas o Estado não funciona. O Estado cresce, mas a qualidade de vida dos portugueses não cresce com ele. E isso, Sr. Primeiro-Ministro, é a prova mais clara de que algo está profundamente errado.

Depois de engordar o Estado até ao limite, depois de exigir cada vez mais aos portugueses, o Governo aparece a proclamar «o maior alívio fiscal de sempre.» Sr. Primeiro-Ministro, que alívio fiscal?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — 10,8 milhões de euros!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O que o Governo chama «alívio fiscal» é uma devolução mínima daquilo que antes retirou em excesso. É como tirar um bolo inteiro aos portugueses e depois devolver uma pequena fatia e ainda esperar aplausos de todos nós.

Por isso, quando o Governo tenta convencer o País de que está a fazer «o maior alívio fiscal de sempre», o que está realmente a fazer é tentar esconder o maior aumento de despesa de sempre e a maior receita fiscal de sempre. E os portugueses sabem isto, sentem isto, vivem isto.

E o mais fascinante é que o Governo e os partidos que o suportam ainda parecem genuinamente surpreendidos por votarmos contra este Orçamento.

Sr. Primeiro-Ministro, não nos queira distrair. Este é o maior descontrolo de sempre! Fazem a despesa disparar e depois ficam chocados porque não queremos assinar por baixo.

A Iniciativa Liberal apresentou cerca de uma centena de propostas de alteração ao Orçamento. Propostas com soluções concretas, responsáveis, exequíveis e, todas elas, com um objetivo simples: melhorar a vida dos portugueses.

E o que fez o Governo e os partidos que o suportam em relação a essas propostas? Baixar o IRS, contra. Acabar com o «imposto Mortágua», contra. Baixar impostos aos profissionais liberais, contra. Baixar os impostos às horas extra, contra. Baixar o IRC, exatamente como o Governo tinha proposto no seu programa eleitoral de

2024, contra. Baixar o IVA da energia, contra. Atualizar os escalões do IMT (imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis) ao nível da inflação dos preços da habitação, contra. E sim, Sr. Primeiro-Ministro, esta cabia na margem dos 200 milhões de euros! Baixar o IVA da construção sem asteriscos e letras pequenas, contra. Proposta para dar mais autonomia de gestão aos hospitais, contra.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Tudo chumbado. Uma a uma, chumbou tudo o que podia tornar Portugal melhor.

Perante isto, as pessoas perguntam: será que é esta a alternativa que todos nós esperávamos?

E eu quero dizer claramente aos portugueses que, sim, existe uma alternativa, existe um caminho. Isto porque, enquanto outros escolhem o conforto, nós escolhemos a coragem. Enquanto outros escolhem a propaganda, nós escolhemos a verdade. Enquanto outros escolhem ganhar a qualquer preço, nós escolhemos fazer o que é certo.

Este é o nosso caminho. Um caminho em que, finalmente, o País estará melhor, porque os portugueses estarão melhor.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal já disse ao País: este é um Orçamento pouco ambicioso para os portugueses e muito ganancioso para o Estado.

Agora, a Iniciativa Liberal volta a votar contra porque não aceita continuar a iludir os portugueses. Votamos contra porque recusamos a ilusão de que um modelo falhado pode ser eternizado. Portugal merece mais do que isto.

A Iniciativa Liberal recusa desistir do País. Estaremos aqui, todos os dias, a propor, a insistir, a construir a alternativa liberal de que Portugal precisa, para ter, finalmente, um futuro à altura dos portugueses.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do PS.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados: Não fosse o sentido de responsabilidade do Partido Socialista e Portugal estaria hoje, novamente, a mergulhar numa crise política com consequências imprevisíveis.

Aplausos do PS.

Encerramos o debate do Orçamento do Estado com a mesma responsabilidade com que o iniciámos: a responsabilidade de colocar os interesses das pessoas e do País acima de tudo.

Honramos a nossa palavra! Honramos a confiança que os portugueses depositam em nós.

Com esta atitude responsável do PS, o Governo não tem desculpas para não cumprir tudo com que se comprometeu com os portugueses.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Exigimos, pois, ao Governo que cumpra a sua obrigação: manter as contas certas que herdou do PS e cumprir o Plano de Recuperação e Resiliência que o Governo do PS conseguiu trazer para Portugal.

Aplausos do PS.

Sim, é bom que se saiba que as inaugurações que este Governo fez e que vai fazer,…

Protestos do PSD.

… desde os centros de saúde às escolas e habitações, são o resultado do esforço e do trabalho dosGovernos do PS.

Aplausos do PS.

Este é também o tempo de exigir que o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) seja executado com total rigor e transparência — porque os sinais não são bons —, sem truques ou tentações de fugir ao escrutínio das entidades de acompanhamento.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não aceitaremos a tentativa de transformar celeridade em opacidade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — E muito menos que se venham a utilizar instituições financeiras para desviar o controlo deste Parlamento e das entidades de fiscalização quanto à atribuição de apoios aos privados.

Fica desde já o alerta. Adotaremos todas as medidas necessárias para assegurar a transparência e o rigor na aplicação dos fundos públicos.

Aplausos do PS.

De resto, este Orçamento, como sempre afirmámos, não tem credibilidade. Mostra que o Governo desbaratou os recursos que herdou dos Governos do PS e que, por isso, já não tem respostas.

A este respeito, quero evocar os 10 anos que ontem passaram sobre a posse do primeiro Governo de António Costa e saudar todas as forças políticas…

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Oh!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … que, viabilizando esse Governo, demonstraram que havia uma política alternativa à austeridade da direita.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Viva a geringonça!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados,…

Burburinho na Sala.

Sr. Presidente, pedia-lhe que, por favor, garantisse que há condições para a intervenção política.

O Sr. **Presidente**: — Sim, claro, tem toda a razão, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, peço que se criem condições na Sala.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, que fique muito claro: este não é o Orçamento do PS.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Ai é, é!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não responde à nossa visão de desenvolvimento do País, não responde às opções de política económica e não responde às opções de política social.

Burburinho na Sala.

É um Orçamento vazio de ambição e vazio de conteúdo. Desvaloriza e não apoia as famílias e as empresas. Faz cortes e não assegura um Serviço Nacional de Saúde acessível, previsível e seguro, para todos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Rodrigo Taxa** (CH): — E o PS abstém-se!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Encarece e não responde a quem precisa de casas acessíveis e vive do seu trabalho. Ignora o interior e não contribui para a coesão territorial.

A verdade é que, em apenas três anos, o Governo irá desbaratar totalmente a folga orçamental que herdou. Nesse período, o défice da administração central vai aumentar em 5 mil milhões de euros. Veremos se, pela primeira vez no próximo ano, não observaremos o saldo da Segurança Social a ser incapaz de cobrir o desequilíbrio orçamental galopante.

Como sempre dissemos, este é um Orçamento sem credibilidade. Foi o que confirmou o Conselho das Finanças Públicas.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Muito bem!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — As chamadas «contas certas» deste Governo ficam exclusivamente a depender das autarquias e das regiões, ou seja, ficam dependentes dos orçamentos que não conhece, que não aprova e que nem decide.

Aplausos do PS.

Aqui chegados, o Governo ficou manietado e incapaz de responder aos problemas dos portugueses. Na saúde, o caos e o descontrolo, que exigem agora uma unidade especial. Na habitação, zero soluções. E nada para contrariar o aumento do custo de vida para as famílias portuguesas.

Sr.ªs e Srs. Deputados, os partidos que suportam o Governo — PPD,…

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — PSD!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … CDS e Chega — …

Protestos do CH.

… rejeitaram as propostas do PS para um aumento estrutural das pensões mais baixas e para a redução do custo dos produtos alimentares.

Aplausos do PS.

Ao contrário do que disse a Sr.ª Ministra do Trabalho, se não houver um novo aumento extraordinário de pensões, quem tem pensões mais baixas vai ter uma redução de rendimentos em 2026.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Com o seu sentido de voto, revelaram total insensibilidade. Pior, mostraram total desconhecimento das condições de vida das portuguesas e dos portugueses.

Aplausos do PS.

No entanto, esta maioria decidiu baixar os impostos sobre o lucro das grandes empresas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É de todas as empresas!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — É isso mesmo: um Governo forte com os fracos, mas fraco com os fortes.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, o reforço do crescimento económico e da competitividade das empresas é a grande prioridade do PS. Só com uma economia mais produtiva podemos assegurar mais rendimento, melhores salários para quem trabalha e mais coesão territorial.

Mas o Governo está a falhar também aqui. Prometeu acelerar o crescimento económico, mas afinal vai abrandá-lo.

O Governo prometeu crescer mais e está a crescer menos do que os Governos do PS. Mais preocupantes são as causas estruturais dessa quebra. O crescimento económico deixou de assentar nas exportações e na atração de investimento direto estrangeiro. Está hoje totalmente dependente do consumo interno e das variáveis internas da nossa economia. A economia portuguesa está a perder competitividade, exatamente ao contrário do que o Governo prometeu.

Aplausos do PS.

Lamentavelmente, os seus principais motores estão a gripar. Os factos são o que são: a procura externa líquida a diminuir; as exportações e o investimento direto estrangeiro a cair; a balança comercial de bens degrada-se anualmente.

O Sr. **Rodrigo Taxa** (CH): — E o PS absteve-se!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — A nossa estratégia económica para Portugal assenta, sejamos claros, em nove eixos fundamentais.

Primeiro, incorporar na estrutura produtiva maior valor acrescentado nacional, através do reforço da capacitação de substituição de importações e maior competitividade externa da nossa economia.

Segundo, integrar mais tecnologia nacional na produção de bens e serviços.

Terceiro, incentivar o fortalecimento das empresas para ganharem maior dimensão e escala produtiva.

Quarto, maior internacionalização através da capacitação dos nossos setores exportadores para novos mercados e dar mais força, potenciando a rede diplomática e consular e valorizando a diáspora portuguesa nesse esforço de internacionalização. É preciso reforçar as políticas de apoio e também os incentivos.

Quinto, uma política fiscal incentivadora do investimento na inovação, na investigação e na incorporação tecnológica,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É isso, é!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — … mas também na capitalização das empresas que se localizam no interior, na qualificação, na valorização salarial e na transição verde e digital das indústrias altamente intensivas nos consumos energéticos.

Sexto, reforçar o apoio às micro e às pequenas empresas, para a sua qualificação e para a simplificação de procedimentos.

Sétimo, criar um polo de desenvolvimento empresarial por cada uma das regiões NUTS (Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) II. Defendemos contratos territoriais de desenvolvimento, potenciando as vantagens comparativas e competitivas de cada um desses territórios.

Oitavo, reduzir os custos de contexto das empresas, num quadro de simplificação e de racionalização administrativa e fiscal.

Nono, reestruturar e reforçar os meios para o trabalho de captação de investimento direto estrangeiro.

E, já agora, Sr. Primeiro-Ministro, cumpra o que prometeu e pague a tempo e horas aos fornecedores do Estado.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta é a nossa estratégia para a economia, para que ela cresça mais, para que pague melhores salários, para que crie mais coesão territorial. É preciso inverter o rumo a que este Governo está a conduzir o País.

O PS não se resigna nem se limita à crítica pela crítica. Somos a única alternativa credível a esta política.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, saímos deste debate com esta forte convicção e com as convicções reforçadas: Portugal pode e deve ir mais longe e, para isso, pode contar connosco. Os portugueses podem contar com o PS.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O Orçamento que chega hoje ao fim, para discussão e para votação, não é um bom Orçamento para Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ai é, é!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É um Orçamento que mantém os vícios do Partido Socialista na governação que durante anos se prolongou, sendo que o seu maior vício, talvez o maior de todos, seja este: continua a lógica perversa, nunca contrariada e sempre viciante, de continuar a tirar a quem trabalha,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … a quem investe, a quem produz, para distribuir não só pelas clientelas do Estado, como por aqueles que não fazem nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É um Orçamento, por isso, viciado, viciado em cobrar impostos às pessoas de forma direta ou indireta, para depois distribuir sempre da mesma forma e pelos mesmos.

Olhemos para os números. Segundo a estimativa do próprio Governo, no próximo ano, 34,7 % do PIB será carga fiscal. Atentem nisto: 34,7 % do PIB será carga fiscal.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Quanto é que era antes?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está a descer!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isto é, o mesmo Governo que diz que vai aliviar a classe média, que vai aliviar as empresas, que vai aliviar os contribuintes, coloca quase metade do PIB do País em carga fiscal. E quando olhamos bem a fundo, percebemos qual é esta carga fiscal: é um IVA sobre todos os produtos que não para de aumentar;…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

… são os impostos sobre os combustíveis que o Governo não tem coragem sequer de deixar ou de segurar; é o vício das taxas, das taxas por tudo e por nada,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … num País esmagado em burocracia, esmagado em impostos e esmagado na mesma lógica perversa, banal e destrutiva, que é a de sacar à classe produtiva para distribuir pelos outros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Um homem, um político, disse sobre este Orçamento: «Este é um mau Orçamento. É um Orçamento vazio de ambição, com zero de conteúdo e que empobrece, não enriquece, que atrasa, não desenvolve. Um Orçamento que não traz nada.» Este homem não é André Ventura,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É Paulo Raimundo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … é José Luís Carneiro, Secretário-Geral do Partido Socialista,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… que anunciou também, neste mesmo dia, que deixará passar o Orçamento do Governo.

Risos do CH.

O tal Orçamento que empobrece, que, segundo o próprio Secretário-Geral, tem zero de conteúdo e zero de ambição, mostra bem naquilo que o PS se tornou: uma muleta desnecessária e inútil da governação e da democracia em Portugal.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Mas há talvez um aspeto que mereça análise nesta fase, quando o Governo diz que quis cortar com o Partido Socialista em muitos destes vícios que o Chega aponta. Falemos, por exemplo, de grupos de trabalho, dos grupos de trabalho que o Partido Socialista se habituou, também, a viciar. Em apenas 20 meses, o Governo de Luís Montenegro criou 89 grupos de trabalho.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não sei se não gosta dos grupos de trabalho ou do trabalho!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Em 20 meses, Luís Montenegro criou 89 grupos de trabalho, o triplo dos criados pelo homem que já era o mestre de grupos de trabalho, António Costa.

Risos do CH.

Agora vejam bem, e veja bem o País, se o que precisa é de trabalho, riqueza, retirada e desanuviamento de carga fiscal, ou é de mais cargos, mais grupos de trabalho, mais tachos e mais lugares no Estado. Nós queremos este caminho e não o de mais grupos de trabalho e de mais lugares no Estado.

Aplausos do CH.

Diz o Governo que é vítima de coligações negativas neste Parlamento, vítima de uma articulação mais ou menos secreta entre partidos para encobrir ou para distorcer o Orçamento do Estado. Sr. Primeiro-Ministro, o Chega teve a sua parte em assumir valores decisivos e importantes para desvirtuar este Orçamento.

Vou dizer-lhe quais foram: congelar a evolução e o aumento das propinas em Portugal,…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — …porque nenhum sentido faz que os políticos tenham os seus salários aumentados e os jovens tenham de pagar mais propinas no próximo ano — nenhum sentido faz que isso aconteça.

Aplausos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Subsidiar os ricos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, sim, o Chega impediu-o e ao seu Governo de aumentar propinas, com gosto, com certeza e com convicção de que é o futuro de Portugal que está em causa.

E sim, Sr. Primeiro-Ministro, tivemos também a nossa parte e o nosso papel em garantir que mais trechos de portagens acabam em Portugal,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não foi só isso! Já lhe vou dizer onde é que teve o seu papel!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … esse cancro disperso pelo interior e pelo litoral, esse cancro sorvedor de recursos, que saca a quem lá passa para distribuir por concessionárias que há 20 anos metem os homens do PS e do PSD nesses lugares.

Aplausos do CH.

Sim, nós assumimos, quisemos e garantimos que haverá menos portagens no próximo ano, na A6, na A2 e na A25, mesmo contra a vontade do Governo. Fosse com quem fosse, quisemos garantir que as pessoas tinham mesmo aquilo que lhes prometemos e que o PSD também lhes prometeu: que deixariam ali de pagar portagem.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A diferença é que o PSD fugiu à palavra, e nós assegurámos a palavra que sempre demos aos portugueses.

Aplausos do CH.

E sim, desvirtuámos o Orçamento para pagar um suplemento de patrulha à GNR (Guarda Nacional Republicana) e à PSP. Fizemo-lo porque entendemos que estes homens e mulheres merecem ser recompensados e reconhecidos pelo seu trabalho.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Proposta do PS!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É desvirtuar o seu Orçamento? Pedimos desculpa, mas as forças de segurança merecem esse esforço, merecem esse trabalho, merecem essa dedicação, merecem essa honra.

Aplausos do CH.

Quando tantos morrem no cumprimento do dever, se suicidam ou sentem que a sua vida já não faz nenhum sentido na entrega à causa pública, estar a discutir uns cêntimos do seu suplemento de patrulha seria só de uma mesquinhez incompreensível.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, o Chega assume esse desvirtuamento. Lutámos por eles, voltaríamos a fazê-lo hoje, com a sua vontade ou contra a sua vontade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quanto aos antigos combatentes desta pátria, sim, desvirtuámos também aí o Orçamento, porque queríamos garantir que se lembravam deles e que não andavam só com cravos ou com rosas brancas nas cerimónias a dizer que se lembram deles, mas quando chega o momento de lhes dar um pequeno reconhecimento, fogem à palavra honrada. Nós não fugimos.

Isto desvirtua o Orçamento? Paciência! O Orçamento não é para vocês, é para Portugal, é para os portugueses, é para as pessoas — é para as pessoas — e não para o Governo.

Aplausos do CH.

Mas também, com o PSD, aprovámos o cheque de saúde mental e acabámos com os falsos atestados de residência. Com esta medida, como com muitas outras, estivemos ao lado do partido maioritário para aprovar medidas essenciais para o futuro.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aqui chegados, por isso, tenho de dizer, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao País, que o Chega não se move, nem nunca se moverá, por coligações que tenham qualquer símbolo partidário. A nossa coligação é com os portugueses, e é por eles que trabalhamos no Orçamento do Estado — a nossa coligação é com os portugueses.

Aplausos do CH, de pé.

Por isso, quisemos garantir que o IRC descia mesmo. E digo-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, que isso se deve ao Chega, o PSD deve ao Chega que esta descida do IRC se mantenha. E porquê? Porque todos sabemos o que o PS queria fazer: disfarçar uma artimanha e uma fraude de subida das pensões à custa do IRC das empresas, como se habituou a sugar tudo às empresas para distribuir pelas clientelas próprias.

O PS quer manter, agora, a vingança sobre elas neste Orçamento: retirar, retirar e retirar, ou em tributação autónoma ou em imposto direto, não interessa, é tirar e fingir que se quer aumentar pensões, sacrificando as empresas pequenas e médias em Portugal.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pequenas e médias!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não alinhámos nisso, e o Governo deve-nos a nós por não se ter alinhado nisso. Mas, mais uma vez, não o fizemos por vocês, por nenhum dos membros deste Governo, nem por nenhum dos Deputados; fizemo-lo pelos milhares, pelas centenas de milhares de empresários deste País, que sabem o que é, de manhã à noite, ter de sustentar um País onde tudo é enorme, a carga fiscal, os impostos e a burocracia, e o retorno do seu trabalho é quase zero. Fizemo-lo por eles.

Aplausos do CH.

E sim, queríamos garantir o aumento de pensões em Portugal, porque as pensões em Portugal são miseráveis.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Ninguém percebeu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS sorri porque nunca quis aumentar pensões. Na proposta histriónica do Partido Socialista dizia-se que se aumentará pensões à custa do IRC que não descerá, ou seja, pegando naquele que é o esforço e sacrifício dos empresários para poder subir pensões.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Leste a proposta?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS sabia bem que esta proposta nunca teria viabilidade, nunca quis aumentar pensões.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tivessem aprovado a nossa proposta!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aliás, quando chegamos ao fim do dia percebemos que houve duas grandes marcas do Governo do Partido Socialista: uma, já sabemos, é a corrupção; a outra foi a miséria em que deixou Portugal quando dali saiu para a oposição.

Aplausos do CH.

Vozes do PS: — Aumento das pensões!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Continuaríamos a fazê-lo hoje, Sr. Primeiro-Ministro, quando o Governo quer fazer coisas tão absurdas como aumentar o subsídio de refeição 10 cêntimos em Portugal — coisas tão absurdas como aumentar o subsídio de refeição 10 cêntimos em Portugal.

Então, vou-lhe dizer que, se pudéssemos e se tivéssemos tido o apoio para desvirtuar também aqui o Orçamento, eu preferia, do fundo do coração, que acabássemos com todas as pensões vitalícias em Portugal, que acabássemos com todos os RSI (rendimento social de inserção) e déssemos um subsídio de refeição digno a quem trabalha de manhã à noite para sustentar este País.

Aplausos do CH.

Preferia cortar com tudo o resto para darmos um subsídio de refeição digno a quem trabalha — 10 cêntimos queria o Governo deixar para os trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, este ficará para sempre como um dos Orçamentos que mais podia ter sido feito e que menos fez. Continuou, como disse, com a mesma trajetória que tínhamos tido até aqui, a mesma lógica, a mesma forma de governar.

Um outro exemplo que talvez marque bem as diferenças de posição para um partido que quer mesmo ser essa alternativa: as creches. À hora que estamos aqui, em que milhares nos veem e nos acompanham, muitos pais sabem a dificuldade que é ter um filho numa creche e conseguir um lugar numa creche.

O Governo, ao não compreender isto, prejudica o mais básico da harmonia familiar, mas também o mais básico do enquadramento social: uma família tem direito a ter a sua criança ou as suas crianças numa creche. Nós não temos medo porque não há soluções eternas nem soluções fáceis, mas sabemos duas coisas: que neste País deveria ter prioridade, no acesso a uma creche, os pais que trabalham.

Não por nenhuma preocupação ou por nenhuma discriminação,…

Vozes do PS: — Não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — … mas porque quem trabalha é precisamente quem mais dificuldade tem para ter os seus filhos e para poder salvaguardá-los numa creche. Deveríamos ter dado prioridade a quem trabalha.

Aplausos do CH.

E sem medo também, porque este País tem de ser assim feito e dar-se prioridade aos portugueses no acesso às creches. Temos de acabar com esta ideia de que é tudo igual, ser ou não português, e, na verdade, temos de dar àqueles que construíram o sistema social em que vivemos, pelo menos, a benesse da sua prioridade. Para nós, não há dúvida, os portugueses devem estar em primeiro lugar, também no acesso às creches no nosso País.

Aplausos do CH.

Sr. Primeiro-Ministro, termino este Orçamento com uns dados curiosos: 50 % das empresas públicas deram prejuízo, 35 % delas estão falidas. Quando chega a este Orçamento do Estado, a maior parte da máquina que gere e que lidera está em decadência, a sugar-nos cada vez mais recursos, a tirar-nos cada vez mais dinheiro, sem praticamente dar nada em troca.

Outros, como acontece à esquerda, querem continuar a criar observatórios, empresas públicas, fundações, etc., para continuar a aumentar ainda mais esta máquina.

Outros não percebem aquilo que, há muito tempo, está a acontecer em Portugal: é que criámos uma máquina infernal de instituições, de conselhos, de empresas públicas, falidas ou menos falidas, sempre a sugar os nossos impostos e dos quais não é possível sair para dar a melhor vida àqueles a quem devíamos dar, que são os portugueses.

Por isso, a escolha era simples. Entre esta burocracia, que devíamos amassar, rasgar e atirar fora,…

O orador amachucou uma folha de papel.

… e devolver mesmo rendimento às famílias e a quem trabalha, nós, neste Orçamento, escolheríamos o contrário: dar às famílias, dar a quem trabalha, dar a quem está farto de sustentar, durante uma vida toda, um Estado que nunca, nunca lhes deu nada.

Aplausos do CH.

Este, Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, é o caminho errado. A alternativa não está do lado esquerdo. A alternativa somos nós.

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares.

Continuação de aplausos do CH.

O Sr. Deputado ainda estava a beneficiar até das palmas.

Risos do CH.

Faça favor, Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.as e Srs. Membros do Governo: Eu queria começar por agradecer ao Deputado Rui Tavares e ao Deputado José Luís Carneiro pelas questões que aqui colocaram, no debate e encerramento do Orçamento do Estado, e por me permitirem responder, desde logo, àquilo que aqui trouxeram.

O Sr. Deputado Rui Tavares disse, numa metáfora com o carro, que não sabe onde é que o Governo, onde é que o País gastou o depósito.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sei, sei!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Já o Deputado José Luís Carneiro quis ir mais longe e disse: «Os senhores desbarataram o saldo orçamental. Os senhores desbarataram o saldo orçamental.»

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E disse bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Eu queria perguntar, em nome das portuguesas e dos portugueses que nos elegeram, que me elegeram, ao Deputado Rui Tavares e ao Deputado José Luís Carneiro: os senhores concordam que é desbaratar dinheiro na recuperação do tempo de serviço dos professores?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores concordam que é desbaratar dinheiro no aumento extraordinário das pensões para os pensionistas e reformados com pensões mais baixas?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores consideram que é desbaratar dinheiro no subsídio de risco da PSP e da GNR?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os senhores consideram que é desbaratar dinheiro na valorização de 21 carreiras da Administração Pública em Portugal?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estás a descer!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É isso que os senhores acham que é desbaratar dinheiro e gastar o depósito do carro?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Ou os senhores acham que desbaratar dinheiro e gastar o depósito do carro é aumentar, três vezes consecutivas, o complemento solidário para idosos, para aqueles que mais precisam?

Aplausos do PSD.

Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro e Sr. Deputado Rui Tavares, provavelmente estamos é com as prioridades invertidas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É, é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Enquanto nós olhámos para as pessoas, aquilo que os senhores fizeram, neste Orçamento do Estado, sabe o que foi, Sr. Deputado Rui Tavares?

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

Quando disse aqui que devíamos todos descer o IVA de 23 % para 21 %,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Devíamos, devíamos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … ó Sr. Deputado Rui Tavares, eu vou dizer-lhe que IVA é que o senhor desceu, com o Deputado José Luís Carneiro e, já agora, com o Sr. Deputado André Ventura. O IVA que as Sr.as Deputadas e os Srs. Deputados do Livre, do PS e do Chega desceram, neste Orçamento — vejam bem, portuguesas e portugueses —, foi o IVA das obras de arte de luxo que são vendidas nas galerias. Foi esse IVA que os senhores desceram neste Orçamento do Estado. Tenham decoro! Tenham decoro!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH, do PS e do L.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É melhor a Ministra demitir-se!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito feio! Muito deselegante!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso não se faz à Ministra!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai pedir a demissão da Sr.ª Ministra?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas, Sr. Deputado Rui Tavares, deixe-me dizer-lhe que não o fez sozinho. Sr. Deputado José Luís Carneiro, não o fez sozinho. Fê-lo com o voto do Deputado André Ventura.

Protestos do CH e do PS.

Ó Sr. Deputado André Ventura, vamos lá pôr as coisas como elas são. O Sr. Deputado André Ventura está muito habituado a falar à vontade, sozinho, a falar muito alto,…

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

… e acha que tudo o que diz não merece ser contraditado, porque não deixa falar ninguém e diz aquilo que quer, mesmo que sejam as maiores mentiras do mundo.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

Disse aqui o Sr. Deputado André Ventura, e cito: «Este é um Orçamento do Estado em que os impostos não param de aumentar.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falso!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Olhos nos olhos, eu vou dizer-lhe: o senhor mentiu, não há um único imposto que aumente neste Orçamento do Estado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aumentou!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Disse o Sr. Deputado André Ventura: «O IVA sempre a aumentar.» Não há um IVA que aumente, e aquele que desce é o dos produtos das obras de arte de luxo, que o senhor baixou com o PS e com o Livre. Não há um IVA que aumente!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nas redes sociais, portuguesas e portugueses, no *TikTok*, eles não têm contraditório, mas aqui, na Casa da democracia, o que vale é a verdade!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é a tua!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E depois, Sr.as e Srs. Deputados, encheu-se o Sr. Deputado André Ventura de garbo para citar a primeira página de um jornal de hoje, que diz que o Governo da AD criou umas dezenas de grupos de trabalho.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Riam-se todos ou corem de vergonha. Sabem quantos grupos de trabalho propuseram o Deputado André Ventura e o Chega, que foram aprovados no Orçamento de 2025? Cerca de 40 grupos de trabalho, propostos pelo Deputado André Ventura! Esses grupos de trabalho foi ele que propôs! Foi o Chega que propôs!

Aplausos e risos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Não sabe contar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É mentira. É mentira! Mentirosos! És um Pinóquio!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Não sejas Pinóquio!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Para que todos os portugueses voltem a ouvir, o Sr. Deputado Pedro Pinto e a bancada do Chega estão a dizer: «O senhor é um Pinóquio, porque está a mentir».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Disseste «aprovados»! Disseste «aprovados»!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois bem, eu quero dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto que, se não fosse na ficção, o nariz que crescia era o vosso,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O vosso! Duas vezes Pinóquio!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … porque os senhores propuseram no Orçamento do Estado para 2025,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que tu fizeste aprovar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e vou repetir, porque dói, os senhores propuseram, no Orçamento do Estado para 2025, cerca de 40 grupos de trabalho.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vamos à grande justiça social, que Chega e Partido Socialista, casados a governar a partir da Assembleia, hoje proclamam. Acabámos com as portagens num conjunto de autoestradas em Portugal, como se isso fosse o expoente máximo da justiça social.

Vou dar-lhe uma novidade, Sr. Deputado André Ventura, que talvez não saiba: é que as autoestradas vão continuar a ser pagas.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Só falas para ele?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Só que, desta vez, não vão ser pagas por quem lá passa,…

O Sr. **André Ventura** (CH): — Exato!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … não vão ser pagas por quem as utiliza; vão ser pagas por todos, com os nossos impostos. Quem tem carro, quem não tem, quem é rico, quem é pobre, quem nunca lá passou, quem nunca lá quis passar, quem nunca lá vai querer passar, vai pagar, com os seus impostos, os vossos devaneios.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

Paga o rico, paga o pobre, paga quem tem carro, paga quem anda de trotinete.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É uma vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pagam todos aqueles que são portugueses, nos seus impostos, o populismo do Chega e do Partido Socialista.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — *À la carte*, todos os anos! Uma vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr.ªs e Srs. Deputados, Sr. Presidente, este é efetivamente um bom Orçamento do Estado para 2026.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É um bom Orçamento para os jovens?

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Não!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Só se for para os teus filhos!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É. É um bom Orçamento para os jovens que estudam. É um bom Orçamento para os jovens que estudam, porque aumenta a ação social, para que ninguém abandone o seu sonho e não fique de fora do seu sonho, por falta de condições económicas e financeiras.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Mentira! Paguem o que devem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E sim, queríamos descongelar as propinas,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Paguem o apoio ao alojamento!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … à razão de um carioca duplo por mês, para que as universidades em Portugal pudessem ter mais investimento e melhores condições. Os senhores não quiseram, porque os senhores querem que ricos e pobres tenham as mesmas condições.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

É, por acaso, um bom Orçamento para os jovens que trabalham?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Só se for para os da tua família!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É um bom Orçamento para os jovens que trabalham, porque dá continuidade a um dos regimes fiscais que é um exemplo na União Europeia e mais amigo dos jovens que trabalham.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Por tudo isto e porque continua a isentar os jovens que procuram a primeira casa do pagamento do imposto do selo e do IMT,…

Protestos do CH.

… podemos dizer que este é um Orçamento em que os jovens sabem que têm um Governo que os quer cá e que valoriza o seu futuro.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E será este um bom Orçamento para os trabalhadores portugueses? Sim, é. É, porque apresenta a quarta baixa consecutiva de IRS.

Porque quem se levanta cedo e chega a casa tarde sabe que tem um Governo que valoriza o seu empenho e lhe pede cada vez menos em impostos, deixando mais salário para cada trabalhador.

Aplausos do PSD.

Por tudo isto podemos dizer: os trabalhadores sabem que têm um Governo que valoriza o seu trabalho e que baixa os impostos sem hesitações.

Mas será este um bom Orçamento para as empresas?

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Só se for para as tuas! Para as tuas, é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sim, é, porque dá respaldo a uma política que baixa o IRC, que nos permite atrair investimento, ser mais competitivos e pagar melhores salários.

Por tudo isto, podemos dizer: as empresas sabem que têm um Governo que quer que a economia cresça com ambição.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Quais?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Uma economia que não tem medo do futuro acelera e chega primeiro.

Será este um Orçamento bom para pensionistas e reformados? Sim, é, porque aumenta todas as pensões; porque garante que, se houver margem orçamental, as pensões mais baixas, como já fizemos no passado por duas vezes, vão voltar a ser aumentadas extraordinariamente.

Por isso, podemos dizer: pensionistas e reformados sabem que têm um Governo que garante aumentos com previsibilidade e sem sobressaltos.

A Sr.ª **Júlia Rodrigues** (PS): — Previsibilidade?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Será este um Orçamento amigo de quem mais precisa? Sim, é. Homens e mulheres que trabalharam uma vida inteira continuarão sem ter de escolher entre medicamentos ou alimentação.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É, é!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vamos, pela terceira vez consecutiva, aumentar o complemento solidário para idosos. Por isso, podemos dizer: os que mais precisam sabem que têm um Governo que não deixa ninguém para trás.

Aplausos do PSD.

Será este um Orçamento amigo da nossa diáspora? Sim, é, porque traduz o compromisso de criar um regime fiscal atrativo para quem quer regressar. Por isso, podemos dizer: os nossos emigrantes sabem que, com este Governo, todos os portugueses contam, estejam onde estiverem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Numa palavra, Sr.ªs e Srs. Deputados, um Orçamento que dá importância aos jovens, valoriza o trabalho, as empresas a serem mais competitivas, protege pensionistas, apoia quem mais precisa e chama aqueles que querem para cá regressar — é este o Orçamento que aqui apresentamos.

Jovens, trabalhadores, empresas, pensionistas, reformados, emigrantes, um Orçamento para todos, um Governo de todos os portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr.ªs e Srs. Deputados, olhemos também para os grandes números, que só fazem sentido se estiverem ao serviço das pessoas. Pela primeira vez em muitos, muitos, muitos, muitos, muitos, muitos, muitos, muitos anos, e pela segunda vez consecutiva, o Governo da AD apresentou um Orçamento que não aumenta um único imposto.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Governo da AD, dois Orçamentos, zero aumento de impostos!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E o aumento do ISP?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero dizer às portuguesas e aos portugueses que isto não é coisa pouca, e vou dizer porquê: porque é a primeira vez que acontece na história democrática portuguesa. Repito, é a primeira vez que acontece na história da democracia portuguesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Para além disso, é um Orçamento de contas justas: desce a dívida, não tem défice e prevê excedente.

Contas justas são contas que garantem um Estado social, aumentam salários, aumentam pensões, valorizam carreiras, descem impostos e asseguram crescimento económico.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São contas certas ao serviço das pessoas certas: os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Deixo uma palavra, já agora, a este propósito, de responsabilidade para com o Orçamento ao Partido Socialista. É justo fazê-lo. Apesar dos desvarios eleitoralistas — que já aqui trouxe à colação —, apesar de quererem fazer neste Orçamento aquilo que nunca fizeram nos oito anos em que governaram,…

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Aumentámos seis vezes as pensões!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … tiveram a responsabilidade de, a seguir, se levantarem e serem pela estabilidade política. Taticismo ou interesse nacional? O tempo o dirá.

Sr.as e Srs. Deputados, neste Orçamento, aprovámos mais de 70 propostas de todos os partidos da oposição. O nosso compromisso com o diálogo e com soluções não é retórica, são factos. É assim que continuaremos: dialogando com todos, porque, no fim, o que conta é mesmo Portugal.

Sr.as e Srs. Deputados, vamos, de uma vez por todas, acabar com essas birras políticas sobre quem é a muleta de quem.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Vamos acabar com as coisas que infantilizam o debate político e a democracia.

Protestos do CH e do PS.

Deixem os azedumes, que em nada melhoram a vida dos portugueses. Repito, abandonemos a cegueira ideológica. Ninguém é radical de direita por pôr cobro ao caos da imigração, como nós fizemos, por responsabilidade e humanismo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede é desculpa à Ministra!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Mas ninguém é um perigoso esquerdista por aumentar três vezes consecutivas o complemento solidário para idosos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O ISP!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso é justiça social.

Ao reforçar a autoridade dos professores e das forças de segurança, não nos desviamos — olhamos a realidade, reconhecemos os problemas, encontramos as soluções.

Protestos da Deputada do PS Júlia Rodrigues.

Sr.as e Srs. Deputados, isso é a social-democracia, isso é ser do PPD/PSD.

Aplausos do PSD.

Faço um apelo rápido ao Chega e ao Partido Socialista: não se enclausurem na ideologia, não se escondam atrás de birras.

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Onde uns podem estar, podemos estar todos. Onde está o interesse nacional, cabemos todos, sem exceção.

Portugal tem ainda muitos desafios, mas hoje podemos dizê-lo com convicção: Portugal está melhor, mas os portugueses também estão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Protestos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tenho o Sr. Deputado André Ventura e o Sr. Deputado Rui Tavares a pedir a palavra.

Só quero dar uma clarificação. Este não é o momento do contraditório.

O contraditório foi feito quando tinha de ser, nas variadíssimas sessões que tivemos. Por isso, vou ser muito rigoroso em relação à avaliação sobre se é uma interpelação à Mesa, no restrito entendimento do que é uma interpelação à Mesa. Se não for, cortarei o microfone, porque não vou permitir que se faça contraditório.

Sr. Deputado André Ventura, tem a palavra, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é mesmo uma interpelação à Mesa. É para pedir ao Sr. Presidente que distribua o número de grupos de trabalho que o Chega propôs neste Orçamento do Estado.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, será distribuído. O Sr. Deputado fará chegar à Mesa e será distribuído.

Continuação dos protestos do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, não vale a pena. Não vale a pena! O Sr. Deputado vai fazer chegar à Mesa e eu farei distribuir, está bem?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Farei chegar à Mesa, Sr. Presidente.

Vou só terminar, dizendo isto: são dados deste ano e dos últimos dois Orçamentos. Acho que chega para mostrar ao líder parlamentar do PSD.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, com a mesma lógica, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Dizer a verdade!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É para distribuir documentos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, apesar de questionado diretamente, não devo regimentalmente responder e não quero que o Sr. Presidente me corte a palavra.

Portanto, vou ater-me ao que é documentalmente meu dever apresentar, através da Mesa, à Câmara, para esclarecimento no decurso dos trabalhos, porque, da intervenção do Sr. Deputado Hugo Soares, pode ter ficado a impressão — porque assim foi inferido — de que o Livre acharia desperdício a reposição de carreiras, nomeadamente…

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Não, Sr. Deputado. O Sr. Deputado vai fazer chegar à Mesa, sem o argumentário que seja de contraditório.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Tem de respeitar as regras!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Explico o contexto dos documentos que faço chegar à Mesa. Por um lado…

Continuação dos protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Que documentos é que vai fazer chegar?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Por um lado, documentos que comprovam que, segundo o Livre, não, não é desperdício…

Risos e protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Mas ainda não disse quais são os documentos, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A interpelação já estaria feita…

São declarações passadas, que comprovam que concordo com essas medidas…

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado vai enviar à Mesa documentos que…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Escreveu!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — … que comprovam que não considero desperdício essas medidas e, por outro lado — segunda parte, se me deixarem terminar, é um instante —, logo que houver a transcrição da minha intervenção, ficará comprovado…

Protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual é o documento?!

O Sr. **Presidente**: — Isso aí é óbvio, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ficará comprovado…

Continuação dos protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não vou permitir o contraditório.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é o Sr. Presidente que não está a permitir; é a Câmara, ao fazer ruído, a não deixar terminar uma interpelação à Mesa.

Continuação dos protestos do PSD, do CH e do CDS-PP.

Creio que, quando se faz uma interpelação à Mesa, é à Mesa que cabe decidir, não é à Câmara, fazendo ruído.

O Sr. **Presidente**: — É! Mas a Mesa ainda não tem condições, porque não percebe o que é que o Sr. Deputado quer fazer distribuir!

Risos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É o mesmo problema que temos ambos, por causa do ruído, que a Mesa, já agora, poderia fazer por cobrar.

Na transcrição da intervenção que foi feita, ficará claro, no interesse de todos e dos trabalhos da Câmara…

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado, não vou permitir que continue assim.

Aplausos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.

O Deputado do L Rui Tavares permaneceu de pé, pedindo a palavra à Mesa.

Não vou permitir, Sr. Deputado! Com todo o sentido de lealdade que eu pedi, o Sr. Deputado vai enviar dois documentos e, quando chegarem, eu distribuo-os. Não vou permitir que faça o contraditório neste momento, em relação àquilo que foi dito. Não vou.

Aplausos de Deputados do PSD e do CH.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares e contraprotestos do CH.

Vou dar a palavra agora, em nome do Governo, ao Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, para uma intervenção.

Protestos do Deputado do L Rui Tavares e contraprotestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que figura!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado** (Gonçalo Matias): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Orçamento que o Governo trouxe à aprovação do Parlamento representa bem o momento de crescimento económico e estabilidade social e política em que o País se encontra.

Ao discutir este Orçamento do Estado, é fundamental compreendermos a atual realidade económica do País. Portugal está a crescer, e está a crescer de forma sustentada. As previsões, do Governo, da Comissão Europeia e do Banco de Portugal, apontam para um aumento do PIB em torno de 2 %, em 2025, e 2,3 %, em 2026. Não se trata de otimismo, trata-se de projeções consistentes e alinhadas entre as várias instituições.

Os dados mais recentes, do 3.º trimestre de 2025, confirmam esta trajetória: 2,4 % de crescimento homólogo e 0,8 % em cadeia, um dos maiores crescimentos da zona euro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Isto demonstra que a economia portuguesa está a responder com resiliência, mesmo num contexto internacional de elevada incerteza.

No mercado de trabalho, os resultados são igualmente claros. O emprego cresceu 3,6 % até setembro e a taxa de desemprego mantém-se baixa, situada nos 5,8 %, com o desemprego registado a cair 4,7 % em outubro, face ao ano anterior.

Estes números não são abstratos, significam mais estabilidade, mais rendimento e mais confiança para as famílias portuguesas. E, falando de rendimento, a remuneração bruta média mensal aumentou 5,3 %, atingindo 1615 € no trimestre terminado em setembro de 2025. Em termos reais, descontando a inflação, este aumento traduz-se em 2,6 %, o que significa verdadeiro ganho de poder de compra para os trabalhadores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — A inflação, por sua vez, está praticamente em linha com o objetivo europeu, situando-se nos 2,3 % em setembro. As exportações, após um 1.º semestre difícil, devido à instabilidade geopolítica e às guerras comerciais, retomaram a sua trajetória de expansão.

Sr.as e Srs. Deputados, se a economia cresce, as contas públicas não ficam atrás. Depois do *superavit* de 0,5 % do PIB em 2024, projetamos um salto positivo de 0,3 % para 2025 e 0,1 % para 2026. Sem fatores temporários — como as despesas excecionais do PRR, decisões judiciais e suplementos extraordinários pagos em 2024 e 2025 —, o saldo orçamental seria de 0,9 % em 2024, 1,1 % em 2025 e 0,7 % em 2026. Estes números comprovam uma robustez estrutural das contas públicas que coloca Portugal acima dos desempenhos pré-pandemia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A despesa corrente primária estabiliza, sem esses efeitos temporários, nos 36,5 % do PIB, em 2026. Depois do aumento excecional de 2024, resultado de decisões tomadas pelo anterior Governo, a despesa volta agora a crescer, de forma alinhada com o PIB nominal, cerca de 5 % ao ano. No segundo trimestre, alcançámos um *superavit* de 1,7 % do PIB, o terceiro maior da zona euro.

A consolidação do equilíbrio orçamental está a produzir resultados visíveis. Vejamos: a carga fiscal diminui de 24,9 % para 24,1 % do PIB até 2026; a carga fiscal e contributiva baixa para 34,7 % do PIB; a dívida pública desce de 96,9 %, em 2023, para 87,8 %, em 2026, uma redução de 9 pontos percentuais em apenas três anos, ficando, no próximo ano, abaixo da média da zona euro.

Protestos do CH.

Esta credibilidade tem sido reconhecida internacionalmente. Já em 2025, as agências de rating Standard & Poor's e Fitch atribuíram três subidas, colocando Portugal em níveis de confiança que não tínhamos há mais de uma década.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

São os bons resultados e a estabilidade que eles asseguram que permitem sustentar uma ambiciosa Agenda Transformadora que apresentámos no Programa do Governo, cuja execução já iniciámos e que se encontra bem espelhada neste Orçamento do Estado para 2026.

As reformas não devem ser feitas à pressa, à boleia de crises ou em resposta a conjunturas temporárias. Reformas profundas e duradouras exigem visão, estabilidade e sentido futuro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Devem ser concretizadas em momentos de crescimento económico e paz social, precisamente para garantirem que não servem apenas para resolver o problema de hoje, mas para preparar as oportunidades de amanhã.

Os objetivos desta agenda são claros: assegurar crescimento económico, resolver os problemas concretos das pessoas, tornar o nosso Estado mais ágil e mais próximo dos portugueses.

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — O Governo reafirma, por isso, a sua marca reformista, com a ambição de transformar o nosso País, tornando-o mais moderno, mais próspero e mais justo.

Para alcançarmos esta transformação, é indispensável garantir o crescimento económico que, de forma realista, prevemos no Orçamento. Só podemos distribuir a riqueza que existe, que venha a ser criada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Só será possível pagar melhores salários com a criação de emprego e a atração de investimento. Só é possível reter os nossos jovens com um mercado de trabalho dinâmico e um Estado que responda às suas necessidades.

Destaco três instrumentos claros que o Governo aqui promove para garantir o crescimento económico: a fiscalidade,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … a reforma laboral e a reforma do Estado.

No plano da fiscalidade, mantemos a trajetória de redução de impostos, libertando os cidadãos e as empresas de um peso que os asfixiava, que inibia o crescimento e o desenvolvimento de novos projetos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Em especial, pensamos nos jovens, aliviando a carga fiscal que tanto contribuiu para a sua saída do nosso País.

Outro pilar fundamental é o da reforma laboral. Portugal tornou-se um país de salários baixos para toda a vida; não porque nos falte talento, não porque nos falte ambição, mas porque temos uma economia presa numa teia de baixa produtividade, excesso de rigidez e ausência de incentivos ao mérito e à progressão.

A produtividade nacional e os salários estão abaixo da média europeia e a OCDE reconhece Portugal como um dos países com maior rigidez da legislação laboral. A isto soma-se o drama persistente do desemprego jovem, de 18,8 %, mais de três vezes a taxa média nacional de 5,8 %; soma-se a desigualdade de género, bem visível no uso da licença de parentalidade;…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … e soma-se ainda o impacto desproporcional de greves sem serviços mínimos em setores essenciais para a vida das famílias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — A reversão da proibição do *outsourcing*, a extensão do limite máximo dos contratos de trabalho a termo, de dois para três anos, e a criação de um banco de horas mais simples e menos burocrático são instrumentos fundamentais para um mercado de trabalho mais dinâmico e mais justo.

Aplausos do PSD.

Não nos iludamos:…

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Não, não!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … os jovens que abandonam Portugal não procuram empregos para a vida, mas procuram mercados flexíveis, dinâmicos, onde o mérito é recompensado e onde a progressão salarial é real.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não fale dos jovens!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Para isso, é essencial garantir que as empresas se possam adaptar às oscilações da procura, gerir melhor os seus recursos humanos e libertar-se de barreiras que há muito deixaram de proteger quem trabalha.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O mundo laboral transformou-se profundamente: novas formas de organização, ritmos mais flexíveis, equipas multidisciplinares e a centralidade crescente da tecnologia alteraram não apenas onde se trabalha, mas como se produz valor, se coopera e se concilia a vida pessoal com a profissional. O que funcionava há 20 ou mesmo há 10 anos já não espelha a realidade dos trabalhadores de hoje, e ainda menos prepara o País para o mundo do trabalho se aproxima.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Por isso, a lei laboral tem de se ajustar a estas dinâmicas emergentes, garantindo simultaneamente proteção, adaptabilidade e capacidade de antecipação, sob pena de ficarmos com um quadro jurídico ancorado num passado que já não existe.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sr.as e Srs. Deputados, esta reforma laboral não é um exercício ideológico,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ai é, é!

Protestos do PS, do L, do PCP e do BE.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — … não é uma cedência a pressões, é uma resposta firme, realista e orientada para o futuro.

Aplausos do PSD.

Portugal não pode continuar a ser o País dos salários baixos, da produtividade estagnada e das oportunidades perdidas. Merecemos mais.

Protestos do PS.

Os trabalhadores merecem mais; as empresas merecem mais. E as próximas gerações — sobretudo elas! — merecem que tenhamos a coragem de fazer as reformas que garantirão um país mais competitivo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sim, sim! Vamos ter o Afonso Henriques como primeiro empreendedor!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Igualmente indispensável para garantir o crescimento económico que ambicionamos é a reforma do Estado em curso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A que horas fala o Rui Tavares?

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Ao longo das últimas décadas, acumulámos camadas de burocracia que afogam as pessoas e as empresas, provocam perda de tempo, de recursos, afugentam o investimento nacional e estrangeiro e provocam descrença num futuro melhor.

Uma reforma com esta profundidade exige vontade política e fundações sólidas, uma vez que uma casa não se constrói pelo telhado.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Nos últimos meses deixámos bem clara essa vontade e solidez, cujos resultados começam já a ser visíveis e que encontra continuidade neste Orçamento.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

É claro que a reforma do Estado implica também uma mudança de mentalidades: colocar as pessoas e as empresas no centro da decisão pública e um contrato de confiança entre o Estado, os trabalhadores da Administração Pública, as pessoas e as empresas.

Num Estado de direito moderno, a confiança existe. Os projetos pessoais ou empresariais são incentivados…

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

… e, depois, quem viola a lei, é punido em conformidade. Foi a falta de confiança que levou o nosso País a criar um labirinto infernal e paralisante em que nada pode ser decidido, porque tudo é uma potencial ameaça.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — É isso que estamos a mudar. É essa profunda transformação que estamos a empreender todos os dias.

Uma mudança desta dimensão não se faz de um dia para o outro, mas os seus efeitos começam a sentir-se. E com persistência, determinação e um rumo claro, teremos um país mais ágil e mais próximo das pessoas.

Aplausos do PSD.

Estamos, igualmente, a avançar com um verdadeiro choque de simplificação legislativa e administrativa, estruturado em cinco eixos centrais: a revisão do Código dos Contratos Públicos; a modernização do Código do Procedimento Administrativo, incluindo a comunicação prévia, o deferimento tácito e a generalização das conferências procedimentais; a atualização do Código de Processo nos Tribunais Administrativos; a revisão da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas; e a simplificação dos regimes de licenciamento urbanístico, industrial e ambiental.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já prometeram três vezes!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Primeiro simplificar, depois digitalizar. A inteligência artificial abre um novo mundo de possibilidades.

Risos e protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Aprendam!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Áreas como os licenciamentos, os serviços de atendimento ao cidadão e o funcionamento diário da Administração Pública podem beneficiar de maior eficiência e capacidade de resposta.

Estamos a trabalhar para que, até 2030, todos os serviços públicos sejam digitais, sem deixar ninguém para trás, através do reforço das Lojas e Espaços do Cidadão.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Estes instrumentos convergem numa mesma visão estratégica: um Estado que decide, em vez de adiar; um Estado que remove entraves, em vez de os criar; um Estado que funciona como motor do desenvolvimento e não como a sua barreira. Menos papéis, mais decisão — é esta a ambição que guia esta reforma.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, esta não é a reforma dos cortes, esta é a reforma do crescimento. São muitos os recursos libertados pela reforma, mas ainda mais importante é o crescimento económico, a criação de emprego, a atração de investimento, gerados por uma agenda de simplificação e digitalização que transforme e modernize o nosso Estado.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

É por ter presente o momento que vivemos e as oportunidades de crescimento que o Governo aqui confirma a sua determinação reformista, mesmo quando parecem surgir sinais de tentativas artificiais de divisão social e de criação de instabilidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Seria um desperdício, num momento em que todas as condições se encontram reunidas, impedir que o País pudesse crescer e modernizar-se, como precisa e como merecem os portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Disse!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — É a convicção dessa realidade e a determinação da certeza quanto ao rumo escolhido que leva o Governo a avançar, com passos seguros e firmes, na direção de um Portugal mais justo e mais próspero, sem divisões artificiais, manobras táticas e arranjos de circunstância, num processo em que todos são convidados a negociar, com sentido de responsabilidade e tendo presente que a margem é curta.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Mais uma vez, tal como no Orçamento do Estado para 2025 e na anterior Legislatura, assistimos a coligações negativas da oposição, da parte do PS aliado ao Chega.

Protestos do PS.

O Partido Socialista…

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O Partido Socialista continua a achar que pode governar a partir do lugar da oposição, com a agravante de agora já nem ser o maior partido da oposição.

Protestos do PS.

Desde o fim das portagens ao não descongelamento das propinas — duas medidas socialmente injustas — , o PS continua a insistir no erro da anterior liderança e, de braço dado com o Chega, a querer condicionar a ação governativa, muitas vezes em matérias da competência do Governo.

Aplausos do PSD.

E ainda diz o Sr. Deputado José Luís Carneiro que o Governo goza do apoio ou do suporte do Chega, quando o Chega vota contra este Orçamento e quando o PS não tem pejo em aliar-se ao Chega para aprovar medidas contra o Governo. É preciso ter topete!

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

O País não pode esperar mais. Portugal conheceu já demasiadas décadas de indecisão. O que define, hoje, este Governo é a escolha convicta de avançar, mesmo quando o caminho exige mais de nós.

A força deste Orçamento não está no que promete, mas no que permite: um país que, finalmente, se reconhece capaz de ir mais longe do que o seu passado.

Reformar o Estado é um gesto de fidelidade ao futuro, e hoje, Sr.as e Srs. Deputados, escolhemos ser dignos desse futuro.

Protestos de Deputados do PS.

O que hoje afirmamos não é apenas um orçamento, é a vontade firme de um país que decidiu não voltar a perder o seu próprio tempo. Este Orçamento é bem a demonstração dessa convicção, aberta ao diálogo e à negociação com todos.

Risos e protestos de Deputados do PS.

O Governo não prescindiu dos seus valores essenciais e do que acredita corresponder ao interesse dos portugueses: um país mais moderno e justo, mais próspero e dinâmico — um país com presente, mas também com futuro, onde as próximas gerações queiram viver e trabalhar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Risos de Deputados do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Parece que estão no recreio!

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar ao momento importante da votação.

Burburinho na Sala.

Às vezes fico com inveja do meu homólogo britânico, o *speaker*.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — *Order*!

O Sr. **Presidente**: — Porque ele faz assim, e faz assim.

O orador fez um gesto com a mão, pedindo calma.

E os Deputados, para quem esteve comigo a assistir à sessão, calam-se, quer os *labour* quer os conservadores. É assim, com um simples gesto. Eu fico com inveja do *speaker*.

Risos gerais.

Mas devo dizer, Srs. Deputados, enquanto se vão registando, que acho que esta discussão do Orçamento do Estado decorreu com elevação. Devo dizer, com atenção q.b. (quanto baste), relativamente aos momentos em debate, que acho que o padrão-médio da urbanidade foi respeitado e, por isso, enquanto Presidente da Assembleia da República, acho que prestámos um bom serviço neste debate do Orçamento do Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tenho de me registar também.
Se alguma Sr.ª Deputada ou Sr. Deputado não se conseguiu registar, pedia que se anunciasse.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mariana Vieira da Silva.

O Sr. **Presidente**: — Está registada, Sr.ª Deputada.
Posso então encerrar a inscrição e o registo.

Pausa.

Temos 219 Sr.as e Srs. Deputados, portanto podemos proceder à votação.
Vamos então à votação final global da proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) – Orçamento do Estado para 2026.

Submetida à votação, foi aprovada, com os votos a favor do PSD e do CDS-PP, os votos contra do CH, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do PS.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

A Sr.ª Deputada Isabel Moreira pediu a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr. Presidente, é para anunciar que fiz chegar uma declaração de voto por escrito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ui! Que bem!…

O Sr. **Presidente**: — A próxima sessão plenária é no próximo dia 3 de dezembro, às 15 horas, com declarações políticas.

Cumprimento novamente o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes Membros do Governo. Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 37 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa à Proposta de Lei n.º 37/XVI/1.ª:

É por demais evidente que há um acordo entre a AD e o Chega. Desde o início da legislatura que a agenda do Chega marca a atuação do Governo, a atuação política e legislativa. Sem qualquer correspondência com o programa eleitoral da AD, esta Legislatura tem sido dedicada a convencer um País legitimamente descontente em várias camadas, que a causa desse descontentamento está na imigração, na lei da nacionalidade, numa insegurança que não corresponde a números oficiais, mas à perceção que dá jeito à quebra do nosso chão comum. Assim se ocuparam meses a destruir a «lei da imigração», a colar a lei da nacionalidade à imigração, à «pureza» do sangue e, assim, ao pior dos modelos mais fechados da Europa. Do mesmo modo, apresenta-se uma contrarreforma laboral — mais uma vez sem base no programa eleitoral — radical, sem adesão a qualquer problema real, um golpe profundo no que de mais consensual existe em matéria laboral.

É-me difícil aceitar o argumento formal, segundo o qual estas e outras investidas ao nosso chão comum ficam «fora» do OE, pelo que cabe ao PS viabilizar o OE em nome da estabilidade.

A minha escolha teria sido anunciar de início um voto contra o OE; a AD tem um aliado evidente.

Aceito, naturalmente, a opção que foi tomada em sede própria e abstenho-me, respeitando a disciplina de voto.

A Deputada do PS — *Isabel Alves Moreira*.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A Divisão de Redação.